



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 146

SABADO, 4 DE SETEMBRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 1993

Autoriza a Prefeitura Municipal de Içara (SC) a contratar operação de crédito no valor de CR\$7.536.300,00 (sete milhões, quinhentos e trinta e seis mil e trezentos cruzeiros reais), junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. — BADESC.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Içara (SC) autorizada a contratar operação de crédito no valor de até CR\$7.536.300,00 (sete milhões, quinhentos e trinta e seis mil e trezentos cruzeiros reais), equivalentes a US\$300.000,00 (trezentos mil dólares americanos), em 31 de março de 1993, junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. — BADESC.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** deste artigo destinam-se à realização de obras de infra-estrutura urbana no município, através do Programa Prourb.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

a) valor: CR\$7.536.300,00 (sete milhões, quinhentos e trinta e seis mil e trezentos cruzeiros reais), equivalentes a US\$300.000,00 (trezentos mil dólares americanos), em 31 de março de 1993;

b) juros: 10,5% a.a. mais taxa de administração de 1,5% a.a.;

c) atualização monetária: taxa referencial — TR;

d) garantia: ICMS;

e) destinação dos recursos: realização de obras de infra-estrutura urbana, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano das Cidades de Pequeno e Médio Porte de Santa Catarina — PROURB;

f) condições de pagamento:

— do principal: em noventa e seis parcelas mensais, com carência de até vinte e quatro meses;

— dos juros: não existe período de carência.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de setembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MATA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

SUMÁRIO**1 — ATA DA 181ª SESSÃO, EM 3 DE SETEMBRO DE 1993****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.2 — Mensagens do Senhor Presidente da República**

— Nº 303 e 304/93 (nº 552 e 553/93, na origem), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

— Nº 305 a 311, de 1993 (nº 554 a 560/93, na origem), de agradecimento de comunicações.

1.2.3 — Aviso do Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Administração Federal da Presidência da República

— Nº 757/93, de 25 de agosto último, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 667, de 1993, de autoria do Senador Esperidião Amin.

1.2.4 — Ofício do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

— Projeto de Lei da Câmara nº 163/93 (nº 4.101/93, na Casa de origem), que dispõe sobre operações de crédito externo contratadas pelo extinto Banco Nacional da Habitação.

1.2.5 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 112/93, de autoria do Senador César Dias, que altera o art. 19 da Lei nº 6.001, de 1973, dispondo sobre o processo para a demarcação das terras indígenas, e dá outras providências.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 869/93, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado

nº 104/93, que dispõe sobre o ensino das modalidades esportivas de lutas e disciplina sua prática em clubes, academias e estabelecimentos congêneres. **Deferido.****1.2.7 — Discursos do Expediente****SENADOR VALMIR CAMPELO** — Congratulando-se com a disposição do Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Sr. José Eduardo de Andrade Vieira, em combater a febre aftosa no País. Falta de controle da febre aftosa como instrumento de manipulação do preço da carne.**SENADOR MAGNO BACELAR** — Posição contrária de S. Exª quanto à execução da revisão constitucional.**SENADOR PEDRO SIMON** — Candidatura de S. Exª à presidência do PMDB.**1.2.8 — Requerimento**— Nº 870/93, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Bocayuva Cunha. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Marco Maciel, Ney Maranhão e Magno Bacelar, tendo a Presidência se associado às homenagens prestadas.**1.2.9 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão****1.3 — ENCERRAMENTO****2 — ATA DE COMISSÃO****3 — MESA DIRETORA****4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 181ª Sessão, em 3 de setembro de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eptácio Cafeteira e Magno Bacelar

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.

SENADORES:

Aluizio Bezerra _ Eptácio Cafeteira _ Francisco Rollember _ Jarbas Passarinho _ Josaphat Marinho _ Magno Bacelar _ Mauro Benevides _ Pedro Teixeira _ Ronaldo Aragão _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Eptácio Cafeteira) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores: Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

Nº 303, de 1993 (nº 552/93, na origem), de 1º do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1992 (nº 1.172/91, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 370 do Código de Processo Penal, sancionado e transformado na Lei nº 8.701, de 1º de setembro de 1993; e

Nº 304, de 1993 (nº 553/93, na origem), de 1º do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 1993 (nº 3.499/93, na Casa de origem), que cria cargos de Patrulheiro Rodoviário Federal e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 8.702, de 1º de setembro de 1993.

De agradecimento de comunicações:

Nºs 305 a 311, de 1993 (nºs 554 a 560/93, na origem), de 2 do corrente, referentes à aprovação das matérias constantes das Mensagens CN nºs 35 e 36, de 1993, e SM nº 169 a 173, de 1993.

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 757/93, de 25 de agosto último, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 667, de 1993, de autoria do Senador Esperidião Amin.

Foram encaminhadas cópias ao requerente

OFÍCIO

DO SR. 1º SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 163, DE 1993

(Nº 4.101/93 na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre operações de crédito externo contratadas pelo extinto Banco Nacional da Habitação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As diferenças, a menor, entre os encargos assumidos pelo extinto Banco Nacional da Habitação, em operações de crédito externo contratadas com organismos oficiais estrangeiros ou entidades internacionais de que o Brasil faça parte, e as receitas provenientes das aplicações desses recursos, ora suportadas pela Caixa Econômica Federal, serão de responsabilidade da União, desde que as operações de captação de crédito e de aplicação de recursos estejam amparadas em autorização do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 533, DE 1993

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "Dispõe sobre operações de crédito externo contratadas pelo extinto Banco Nacional da Habitação".

Brasília, 25 de agosto de 1993. — Itamar Franco.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 101, DE 25 DE AGOSTO DE 1993, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que dispõe de crédito externo contratadas pelo extinto Banco Nacional de Habitação.

Objetiva o projeto proposto estabelecer condições adequadas para que sejam solucionadas pendências do Tesouro Nacional junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Saneamento daquela instituição financeira, por intermédio da inserção de dispositivos que permitem a emissão de títulos para aquela finalidade.

Respeitosamente, — Alexis Stepanenko, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Eptácio Cafeteira) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 1993

Altera o art. 19 da Lei nº 6.001, de 1973, dispondo sobre o processo para a demarcação das terras indígenas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 19 da Lei nº 6.001, de 1973 — Estatuto do Índio —, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 19. As terras indígenas serão demarcadas através de lei.

§ 1º As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente identificadas e delimitadas, de acordo com o processo estabelecido, em decreto do Poder Executivo.

§ 2º Identificadas e delimitadas as terras indígenas, o Presidente da República, após consultar os Governos dos Estados em que tais áreas estejam contidas, remeterá projeto de lei correspondente ao Congresso Nacional.

§ 3º Quando o projeto de lei de autoria do Presidente da República propuser a demarcação em áreas situadas na faixa de fronteira, o assunto, antes de encaminhado ao Congresso Nacional, deverá ser examinado por comissão integrada por um representante de cada um dos seguintes órgãos:

- I — Ministério da Justiça;
 - II — Ministério das Relações Exteriores;
 - III — Ministério do Exército;
 - IV — Ministério da Marinha;
 - V — Ministério da Aeronáutica;
 - VI — Ministério das Minas e Energia;
 - VII — Ministério Extraordinário para a Articulação de Ações na Amazônia Legal;
 - VIII — Órgão Federal de Assistência ao Índio;
 - IX — Órgão Fundiário Federal;
 - X — Secretaria de Assuntos Estratégicos — SAE
- § 4º Publicada a lei, a demarcação será registrada em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (SPU) e do registro imobiliário da comarca da situação das terras.”

Art. 2º Ficam ratificadas, em caráter provisório e pelo prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) dias, as demarcações das terras indígenas localizadas em faixa de fronteira homologada por decreto do Presidente da República até a data da publicação desta lei.

§ 1º O Poder Executivo remeterá ao Congresso Nacional, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei destinado à revisão das demarcações das terras indígenas localizadas em faixa de fronteira.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Esta proposição visa a modificar o processo de demarcação das terras indígenas. De acordo com o Estatuto do Índio, tais áreas são demarcadas administrativamente em quatro fases:

a) identificação — onde se identifica a terra e o povo indígena que a ocupa;

b) delimitação — com base em estudos realizados pela FUNAI, o Ministério da Justiça declara a terra de ocupação indígena, definindo os seus limites e determinando a sua demarcação física, que consiste na colocação de marcos que permitem a sinalização da área;

c) homologação — através de decreto, o Presidente da República homologa a demarcação;

d) registro — a terra é registrada no Cartório de Imóveis do Município onde se localiza e no Serviço de Patrimônio da União.

Em outros termos, o processo de demarcação, atualmente, se esgota no âmbito do Poder Executivo Federal. Esta proposição, todavia, pretende assegurar que os Governos dos Estados onde se localizam as áreas demarcáveis sejam previamente consultados, bem como inserir o Poder Legislativo da União no processo decisório, tendo em vista que o tema envolve aspectos de mais alta importância para o conjunto da sociedade brasileira, como segurança nacional, meio ambiente, exploração econômica de recursos naturais, entre outros.

Esta mudança sugerida no processo encontra respaldo no art. 48, inciso V, da Constituição Federal, que determina que cabe ao Congresso Nacional, como a sanção do Presidente da República, dispor sobre bens do domínio da União, uma vez que nessa categoria se enquadram as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, consoante ao disposto no art. 20, inciso XI, também da Lei Maior.

De acordo com a proposta, os atos preliminares necessários à demarcação (identificar e delimitar) continuarão a ser realizados na esfera administrativa. A participação do Presidente da República não mais será efetuada através de decreto, mas mediante a apresentação de projeto de lei, bem como, na fase final do processo legislativo, através da sanção e da promulgação da lei. Por fim, a principal novidade reside na criação de uma nova fase, na qual o Congresso, dada a relevância da matéria, exercerá uma função deliberativa.

Outra inovação consiste em estabelecer que uma comissão, composta por representantes dos Ministérios e órgãos diretamente ligados ao tema, aprecie a matéria quando o projeto a ser remetido ao Congresso propuser a demarcação em áreas localizadas em faixa de fronteira.

Finalmente, propõe o reexame, já sob a nova sistemática, inclusive de acordo com o previsto no art. 1º, § 3º, deste projeto, da demarcação das terras indígenas localizadas em faixa de fronteira. Essa sugestão decorre da polêmica verificada a partir da edição dos atos administrativos que demarcaram as referidas áreas, cujo exemplo marcante é a terra indígena Yanomami, nos Estados de Roraima e Amazonas. A assinatura do ato que demarcou as terras Yanomami, malgrado o que afirmou o Presidente da República na cerimônia, só pode ser compreendida à luz dessa “internacionalização” da questão. Fala-se muito nos interesses econômicos contrariados com o impedimento legal de exploração da reserva. Nada se diz sobre os interesses econômicos internacionais, que a meu ver é o ponto fulcral da questão; estamos desenhando um futuro “território nacional Yanomami” que os internacionalistas gostariam de ver erigir um “Estado Yanomami” principalmente quando a ONU pretende promulgar, em 1995, “a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas”, dando-lhe direito a autodeterminação, autogoverno e à partir destas virtudes, destes direitos estará criado a Nação Yanomami e aberta uma porta de entrada para a internacionalização

da Amazônia, ou seja, a formação de um Enclave na periferia da Amazônia. Não podemos esquecer o art. 1º e 4º da Constituição Federal, que a República Federativa do Brasil é formada pela União indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal e tem como fundamento democrático de direito a "soberania nacional" e o "princípio da Independência".

O Senhor comandante Militar da Amazônia, General Rodrigo Octávio dizia: Árdua é a missão de defender e desenvolver a Amazônia, muito mais difícil, porém, foi a dos nossos antepassados, em conquistá-la e mantê-la. Não podemos esquecer dos trabalhos: político-militar de Caxias, político diplomata de Rio Branco, político humanitário de Rondon, todos defendendo o perigo da fragmentação territorial, assegurando e reservando as nossas fronteiras, aculturando e integrando a população indígena à Comunhão Nacional.

Em 15 de novembro de 1991, o Ministério da Justiça elaborou a Portaria nº 580 declarando como reserva indígena uma área de 9.419.108 hectares, ocupada pelos índios Yanomamis, englobando os Estados do Amazonas e Roraima. Posteriormente, o então Presidente da República, Fernando Collor de Mello, homologou, dia 25 de maio de 1992, a demarcação de 9.664.975 hectares para a referida reserva Yanomami, tais atos governamentais revelam uma estranha e inconcebível discrepância de áreas, com evidente superficialidade e sem nenhum embasamento técnico-científico. Esse procedimento arranhou os mandamentos constitucionais expostos no art. 20, parágrafo 2º, artigo 91, inciso III, e art. 1º, inciso I.

Em função do exposto, e objetivando evitar os aludidos vícios de inconstitucionalidade, além dos desacertos, sentimentalismos exagerados, irresponsabilidades, observações e explorações políticas, vimos solicitar o imprescindível dos ilustres Parlamentares visando, em bases lógicas e racionais, a reavaliação das reservas indígenas distribuídas em áreas de fronteira.

Sala das sessões, 3 de setembro de 1993. — Senador César Dias.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre o Estatuto do Índio

Art. 19. As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo.

§ 1º A demarcação promovida nos termos deste artigo, homologada pelo Presidente da República, será registrada em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (SPU), e do registro imobiliário da comarca da situação das terras.

§ 2º Contra a demarcação processada nos termos deste artigo não caberá a concessão de interdito possessório, facultado aos interessados contra ela recorrer à ação petitória ou à demarcatória.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e deferido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 869, DE 1993.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal a retirada do PLS nº 104 de 1993, de minha autoria.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 1993. — Senador Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ministro José Eduardo Andrade Vieira, logo ao assumir interinamente o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, determinou a desapropriação de terras, para a reforma agrária, de fazendas e propriedades rurais, onde sejam identificados focos de febre aftosa.

A intenção de S. Exª é desapropriar inclusive terras produtivas, onde esteja confinado gado portador da doença. Segundo o Ministro, a medida visa punir fazendeiros resistentes ao saneamento da pecuária nacional, negando-se a vacinar ou retardando a vacinação do gado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a febre aftosa, que atinge os rebanhos bovinos brasileiros, tem sido responsável por inúmeros prejuízos à nossa economia. O Brasil tem perdido parceiros importantes no comércio internacional de carne, devido à nossa incapacidade de erradicar a doença, que, muitas vezes, assume proporções de epidemia. São rotineiras as visitas de técnicos estrangeiros ao Brasil, precisamente para verificar a incidência da doença nos rebanhos, vez que os países desenvolvidos, notadamente da Europa e da América do Norte, são rigorosíssimos no controle da qualidade da carne consumida por suas populações.

A febre aftosa afeta também a produção de leite e seus derivados, atingindo igualmente o ser humano que venha a consumir produtos contaminados.

Em outras palavras, a febre aftosa constitui um grave problema na pecuária nacional, pois, sucessivamente, vem provocando entraves em nossa economia.

Os meios de combate à doença existem e são extremamente simples, através de vacinas, que aplicadas corretamente, têm 100% de eficácia. Mesmo sendo elas acessíveis às diversas categorias de criadores, sejam eles pequenos, médios ou grandes, a febre aftosa ainda não foi de todo erradicada de nossa pecuária.

A verdade dos fatos é que a febre aftosa tem sido criminosamente manipulada. Em muitos casos, utilizada como fator de pressão sobre o mercado, visando constantes aumentos do preço da carne. Ou seja, não se combate a doença para diminuir a oferta de carne e, em consequência, elevar o preço do produto.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO — Concedo o aparte a V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador, ouvindo-o falar, não resisto ao desejo de apartear-lo, não só pela importância do fato, mas, sobretudo, pela maneira polêmica como alguns políticos da Câmara dos Deputados e alguns jornais condenaram a atitude do Ministro Andrade Vieira. S. Exª foi dura-

mente combatido ontem, ao declarar a disposição de tomar as medidas que anuncia e que, no meu entendimento, são frutos da longa experiência pessoal de um executivo bem-sucedido, que sabe que se não tomarmos medidas urgentes, não combateremos a febre aftosa, não a erradicaremos do País. A febre aftosa é tão antiga, nobre Senador, quanto a cólera, para o ser humano. Somente em países subdesenvolvidos, encontramos ainda tal tipo de doença, que além de seus efeitos nocivos ao gado, pode contaminar pessoas. Felicito V. Exª pela exposição e ao Ministro pela coragem de enfrentá-la. O Brasil precisa de medidas objetivas e corajosas, senão ficaremos eternamente na mesmice da choradeira, do choramingo, convivendo com a febre aftosa, reclamando da falta de carne e de seus preços elevados e, consequentemente, teremos que importar produtos de outros países, perderemos divisas, e sobretudo, seremos incapazes de concorrer no mercado mundial. Perdoe-me, Senador Valmir Campelo, a tentação de apartear-lo, mas foi com intenção de parabenizá-lo e trazer o meu apoio à decisão do Ministro Andrade Vieira, nosso companheiro, a quem aprendemos a admirar pelas atitudes corretas e sérias.

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado, nobre Senador Magno Bacelar. O aparte de V. Exª é sempre bem-vindo. É um prazer ouvi-lo — seu conhecimento e sua experiência de vida, como parlamentar, como empresário, enfim, suas palavras são sempre um reforço àquilo que trazemos, aqui, ao conhecimento da Nação brasileira.

Devo dizer a V. Exª que nós temos que preservar, cada vez mais, a qualidade dos nossos produtos. Estamos deixando de exportar nossa carne e produtos dela derivados, porque o mundo internacional sempre está encontrando neles — e com justa razão — problemas quanto à qualidade. O problema não é de quantidade. O problema é de qualidade. Na Europa, todo produto tem um selo verde, que indica ao consumidor sua procedência — a procedência tem qualidade. Temos que lutar para que, mesmo no Brasil, os nossos produtos tenham credibilidade. Fico muito grato pela interferência de V. Exª no meu pronunciamento de hoje.

Sr. Presidente, os resultados dessa ação mesquinha se traduzem por inflação, custo de vida elevado, perda de mercados externos e outras mazelas intoleráveis. Assim, a providência determinada pelo Sr. Ministro Andrade Vieira que, à primeira vista, poderia soar autoritária e até mesmo descabida, tem, na verdade, toda razão de ser.

Primeiramente, porque é preciso, de uma vez por todas, erradicar a praga da febre aftosa dos nossos rebanhos, tornando os produtos brasileiros realmente competitivos no mercado internacional, além de garantir o abastecimento interno, sem gerar inflação.

Em segundo lugar, porque a exemplo do que ocorre com as terras cultivadas com plantas, que produzem elementos psicotrópicos, as terras com rebanhos afetados pela febre aftosa também são improdutivas, podendo perfeitamente ser desapropriadas e utilizadas de forma correta e produtiva.

Por fim, é preciso que se entenda que a reforma agrária em nosso País é uma necessidade, que se impõe como fator de aumento da nossa fronteira agrícola e de justiça social.

O Ministro Andrade Vieira é um homem prático. Essa medida, com toda certeza, tenderá a acelerar a erradicação da febre aftosa dos nossos rebanhos, além, é claro, de agilizar a reforma agrária, cuja execução, é bom que se diga, vem sendo obstaculizada exatamente pelos cartéis latifundiários

que, em escala nacional, acabam manipulando não só o uso da terra, mas interferindo negativamente na economia, na medida em que elevam os preços da carne em proveito próprio e têm interesse na manutenção dos perversos índices da inflação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito Bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides. (Pausa.)
Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem tivemos oportunidade de ouvir um pronunciamento dos mais qualificados e brilhantes, como sói acontecer quando o nobre Senador Josaphat Marinho ocupa a tribuna desta Casa. Eu estava ocupado em meu gabinete, atendendo alguns prefeitos da minha região, mas não deixei de ouvir S. Exª Hoje a imprensa dá o destaque merecido ao pronunciamento feito ontem da tribuna desta Casa.

Eu estava inscrito para falar do assunto tratado pelo eminente Senador Josaphat Marinho e o faço agora, atrevendo-me a enfrentar as dificuldades advindas do fato que, após o discurso de S. Exª, nada mais há a dizer. À luz do direito e da razão, ficou claro que a reforma constitucional que, com tanta pompa, tanta ênfase e tanta cena política, se pretende executar a partir do dia 6 de outubro, é um embuste das elites brasileiras, as quais, sempre que se julgam incapazes de resolver os problemas da Nação, inventam mecanismos para desviar a atenção dos nossos concidadãos e neles criar esperanças infundadas.

Sabemos, Srs. Senadores, que o Congresso sequer foi capaz de regulamentar a Constituição. Quem não tem poderes constituintes não pode se arvorar de revisor. Revisar o quê Sr. Presidente, quando o Brasil se depara com uma das mais profundas sérias crises de todos os tempos?

Não será criando uma "Assembleia Nacional Constituinte Revisora" — o nome impressiona — que encontraremos soluções para os nossos problemas. Verificamos a instabilidade da política econômica, a falta de determinação e de ações do Governo; temos a consciência do número excessivo de leis em vigor em nosso País — se 1/3 delas fossem aplicadas, fossem cumpridas, não teríamos necessidade de pensar em novas leis.

Há poucos dias o nobre Senador Jarbas Passarinho dizia que se admirava por eu defender essa tese, porque S. Exª me considerava um homem cumpridor das leis. Afirmava o nobre Senador que se tratava de insubordinação de minha parte ir contra o que o Constituinte havia determinado: a revisão constitucional.

Aproveito a oportunidade para dizer que não somos contra a revisão constitucional. Não somos e nem poderíamos ser contra a atualização e a modernização das nossas leis. Somos contra, Sr. Presidente, a maneira como esse assunto está sendo tratado politicamente, a forma como se procura despertar a atenção da população brasileira para uma solução que não existe.

Os constituintes jamais determinaram que nós teríamos de rever a Constituição a partir do dia 6; não era essa a intenção. O que se previu foi que haveria um período de maturação, de adequação da nossa Constituição, durante o qual modificações seriam efetuadas por intermédio de emen-

das constitucionais, que podem ser elaboradas e debatidas por qualquer Parlamentar desta Casa.

De forma que desejamos esclarecer, de uma vez por todas, a nossa posição, que causou perplexidade ao Senador Jarbas Passarinho, que, tenho certeza, teve a melhor das intenções. Depois do discurso que esta Casa teve a oportunidade de ouvir, não há o que discutir, Sr. Presidente. Qualquer outra interpretação será política, será a criação de um palanque.

Logo que cheguei a esta Casa, apresentei um projeto de resolução, pedindo urgência para todas as matérias que tratassem da regulamentação de artigos da Constituição. Estou na Casa há dois anos e meio, sou Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; até hoje, esse projeto de resolução sequer saiu da referida Comissão.

Portanto, a nossa manifestação hoje teve, em primeiro lugar, o propósito de deixar, de uma vez por todas, firmada a nossa posição contrária à revisão constitucional de maneira ampla, porque considero que ela talvez esteja servindo de pretexto para que haja retrocesso em grandes conquistas sociais obtidas na Constituição.

Em segundo lugar, ocupei a tribuna desta Casa hoje para congratular-me com nobre Senador Josaphat Marinho, pois não tive oportunidade de apartear-lo ontem, e marcar uma posição que, espero, seja a de todos que se debruçam sobre a situação quase de caos em que se encontra o nosso País.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Concedo um aparte ao nobre Senador.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador, em primeiro lugar, quero agradecer as expressões com que V. Exª se referiu ao pronunciamento que ontem fiz nesta Casa. Mas quero é assinalar a oportunidade da manifestação de seu pensamento. Esta é a hora de cada qual de nós definir sua posição. Tenho defendido a tese — e por isso é que falei aqui — de que, antes que venha a pressão das ruas — que é legítima —, nós devemos definir posição e responsabilidades nas duas Casas do Congresso Nacional. E exatamente para fazer o que V. Exª neste momento está fazendo, pedindo atenção para o fato de que a Constituição não é apenas para ser lida, mas para ser entendida. Não basta que o Constituinte haja previsto, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que haveria uma revisão para que não se cuide de verificar, após a vigência da Constituição, se subsistem as condições dentro das quais a reforma se processaria. Isto é o que muita gente não está querendo ver: mudou o quadro jurídico-político com o resultado negativo do plebiscito. E aí é preciso, então, que se entenda a natureza temporária, transitória, da disposição que previu a revisão, para que nós não façamos uma ue não se impõe. E, sobretudo, porque muitos falam na vontade coletiva de mudança. Onde está manifestada esta vontade coletiva de mudança? Por enquanto, ela só se situa dentro do próprio Congresso, de uma parcela dele. Mas a opinião pública mesmo não se manifestou até aqui. Louvo a manifestação de V. Exª

O SR. MAGNO BACELAR — Agradeço o aparte de V. Exª, que complementa e abrilhanta o meu pronunciamento despretensioso, nobre Senador. Eu também tenho dúvidas. Chego até a dizer que tenho quase certeza de que a população brasileira não tem, como se propaga, essa revisão constitucional como objetivo maior, sobretudo porque o povo já está

cansado de tantas medidas salvadoras, de tantas promessas, de tantas frustrações. Há bem pouco tempo pudemos observar que a campanha do plebiscito não sensibilizou a população, porque ela está consciente de que os seus problemas maiores estão na falta de escolas, na fome, na saúde. O que a classe política precisa demonstrar ao Brasil é a sua maturidade, é dar o exemplo de seriedade. O povo nos cobra muito mais essas atitudes do que a reforma constitucional, que, no nosso entendimento, não é prioritária.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Com muito prazer, nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Muito bem. Permita V. Exª que eu interfira exatamente neste ponto. Não é prioridade, neste instante, mudança da Constituição. O que o povo está reclamando é a redução da inflação, é que se proíba o aumento excessivo dos preços de todos os produtos, inclusive dos de primeira necessidade. É isso que a Nação está reclamando nesta hora. Não está pedindo mudança da Constituição, que não se tem aplicado devidamente. Nela, estão todos os mecanismos para o Governo coibir o abuso do poder econômico. Por que não o faz? Não depende de reforma da Constituição.

O SR. MAGNO BACELAR — Muito obrigado novamente a V. Exª

O Sr. Amir Lando — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Ouço o nobre Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando — Nobre Senador Magno Bacelar, V. Exª aborda um tema que, acredito, deve ser o objeto das nossas preocupações, por algum tempo ainda, no Congresso brasileiro. Tenho refletido sobre essa questão e auscultado a opinião pública. As elites estão também se manifestando, mas o povo está silente, e as elites, até aquelas que elaboraram esse texto constitucional, hoje, fazem uma reflexão ao inverso. Primeiro se queria dar a esse País uma "Constituição Cidadã", como definiu Ulysses Guimarães, e hoje se quer reverter este quadro. Claramente, a idéia dominante é reverter, porque a Constituição atrapalha. Primeiro era a Constituição salvadora, agora é a Constituição que atrapalha o País. Não entendo exatamente como se muda de opinião ou como muita coisa é ainda feita sem convicção. Acredito que a coerência ainda é um critério para averiguação da conduta pública dos homens que fazem a política neste País. E entendo também que se pode mudar, ao longo do tempo, mas não se pode pensar em fazer tábula rasa de um texto que foi vendido ao País como, efetivamente, uma solução para a problemática nacional. Temos que buscar os registros da história e dizer que este País ainda tem memória. Neste passo, então, alinho-me com o pensamento de V. Exª e, por isso, parabeno-o. E, mesmo a despeito de uma solução do meu partido, à qual talvez, se for uma decisão cogente, terei de alinhar-me. Mas devo dizer que, pessoalmente, já me situo junto àqueles que são contra a reforma, porque não se está tratando a questão racionalmente e se está novamente mistificando neste País, mas às avessas, como se hoje o entrave fosse a Constituição. O entrave não é a Constituição porque ela, via de regra, não saiu do texto. As exposições estão intactas e, em grande parte, não são aplicadas. O que deveria haver é o cumprimento da Constituição, e então sim, poderíamos medir a eficiência, a eficácia e a oportunidade das posi-

ções. Mas essa Constituição ainda permanece, em grande parte, virgem no texto escrito, não foi ainda levada a pacto. Haja vista, inclusive, uma série de normas complementares que ainda não foram editadas. Não quero culpar ninguém, mas levanto mais uma questão neste ponto. Não sei até onde o Congresso teria legitimidade num ano quando se avizinham as eleições gerais, quando se expiram os mandatos da maioria dos Parlamentares, aqui restando apenas 1/3 do Senado. Realmente não sei se este Congresso, no apagar das luzes, teria esta legitimidade, diante da história, para realizar reformas tão profundas, como se pretende. Eu estou inclinado a também trilhar o caminho contrário à revisão. É o meu ponto de vista pensando no País, pensando no povo brasileiro, pensando no futuro de todos nós. E por isso parabeno V. Ex^a

O SR. MAGNO BACELAR — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Amir Lando, sobretudo quando adverte para o fato de que se está tentando vender uma idéia falsa. Infelizmente, muitas outras já foram vendidas ao povo brasileiro. Como disse anteriormente, frustrado, cansado do embuste e preocupado, acima de tudo, hoje — a maior preocupação do povo brasileiro —, em sobreviver.

O Sr. Bello Parga — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Bello Parga — Senador Magno Bacelar, o pronunciamento que V. Ex^a está fazendo, reflete uma preocupação que é geral no Congresso Nacional. Mas permita-me discordar, em parte, de seus argumentos. V. Ex^a diz, com inteira razão, que o povo não está preocupado com a revisão constitucional, porque não estaria preocupado com as questões de natureza constitucional. É verdade! Ele está preocupado com suas carências, suas necessidades, que dependem de medidas administrativas, principalmente por parte do Governo Federal. Mas a preocupação com a questão constitucional, com a governabilidade, é nossa, dos Parlamentares. Não obstante o que foi dito aqui, numa tese, pelo menos para mim, inovadora, de que a legitimidade do Congresso está na razão direta do escoamento do prazo do seu mandato, entendo que nos cabe, pelo menos, procurar dar as condições ao Governo, para que este possa atender às necessidades da população, reexaminando, via mandamento constitucional, essa revisão que está prestes a ser feita. Espero, e a maioria do Congresso também, que essa revisão seja feita, porque se trata de um mandamento constitucional. Essa é uma preocupação do Legislador e dos Constituintes de 1988. O fato é que grande parte da Constituição de 1988 foi elaborada de acordo com espraio pelo País inteiro. Essa mistificação, a que V. Ex^a e outros oradores acabaram de se referir aqui, efetivamente houve, como se a Constituição se destinasse a prover o pão dos menos necessitados, quando não é esse o seu objetivo. Sabe bem V. Ex^a que a Constituição é um conjunto de regras, de normas de procedimento. Quero registrar aqui a minha discordância com essa parte do argumento de V. Ex^a Cito como um dos entraves à governabilidade a questão das transferências de recursos para os Estados e Municípios. Isso, efetivamente, é um dos determinantes do fracasso no combate à inflação, porque obriga o Governo Federal a gastar, encaminhando recursos para os Estados e Municípios, sem que tenha havido a correspondente transferência de encargos. É obrigado o Governo Federal, por mandamento constitucional, a gastar, e isto efetivamente se reflete na incapacidade que o Governo tem demonstrado até agora para debelar a inflação.

Registro a minha discordância sem, no entanto, deixar de reconhecer que procede essa preocupação da população; mas ela não está relacionada com a revisão constitucional ou com a questão constitucional maior, que deve ser sempre uma preocupação, pelo menos uma preocupação constante nossa, como legisladores. Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. MAGNO BACELAR — Agradeço a V. Ex^a Gostaria de dizer que respeito a sua posição e incorporo-a ao meu pronunciamento.

O que eu dizia, nobre Senador Bello Parga, é que, ao longo da vida — já não sou criança, pois passo dos 55 anos —, eu e o povo brasileiro temos vivido sob ameaças, sob a alegação eterna da crise da administração brasileira.

V. Ex^a diz que uma das causas da ingovernabilidade são as transferências para os municípios. Mas o pior, nobre Senador, é que os municípios estão inviabilizados, apesar de todos esses recursos que o Governo alega repassar-lhes. A pobreza dos municípios explica-se muito bem pelo fato de que as necessidades da população estão na base, e a base são eles. E o que vemos aí — não digo isto para acusar o Governo Central — é a fome a que me referi, a falta de oportunidade, de desenvolvimento e, sobretudo, e lamentavelmente, a falta de esperança de um povo que sabe que tramita nesta Casa, há mais de dois anos, a LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Essa, sim, é prioritária e urgente, porque não se faz um país desenvolvido sem se dar prioridade à educação.

Esse povo está esperando de nós a solução para os seus problemas imediatos. A desculpa da ingovernabilidade perpetua-se na falta de capacidade dos nossos governantes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho a esta tribuna trazer alguns esclarecimentos e manifestações com relação ao momento que estamos vivendo, ao meu Partido, o PMDB, e à indicação do meu nome para ocupar a presidência do Partido.

Estamos vivendo uma hora muito séria não só neste País, mas também no contexto internacional. São muitas as transformações que se verificaram desde o término da Guerra Fria, com o desaparecimento da União Soviética e a queda do muro de Berlim. Creio que nunca houve, na História da Humanidade, um período de tantas interrogações a respeito do nosso destino; sobre o que somos, o que queremos e para onde vamos. Muitos argumentam que o desaparecimento da sociedade comunista, estando o socialismo em decadência e sendo a social-democracia ainda uma interrogação, pois não se sabe qual o seu verdadeiro fundamento, isto tudo determinou a vitória do liberalismo ou do capitalismo, idéia que defendem, como o fazia o ex-Presidente Collor. Nesse contexto, o Brasil situa-se com as mesmas dificuldades e interrogações.

Antes de eu ocupar a tribuna, discutiam os ilustres Senadores sobre a necessidade ou não da revisão da Constituição. Não quero falar sobre este assunto agora, pois não é o momento adequado; mas gostaria de enfatizar um fato que considero fantástico. Se tomarmos a Constituição de 1988, verificaremos que há muitos Senadores, porque dois terços dos que estão aqui votaram essa Constituição, e há muitos Deputados, porque muitos deles votaram como Constituintes e foram ree-

leitos, que hoje abrem a Carta Magna e dizem que querem mudar a maioria dos capítulos.

Conheço pessoas que eram intransigentes na defesa do monopólio da Petrobrás e que hoje dizem que estavam equivocadas; há pessoas que ali estavam defendendo a estabilidade e que hoje dizem que estavam equivocadas; vejo pessoas que votaram como uma grande vitória os 25 anos para a aposentadoria dos professores e que agora dizem que estavam equivocadas.

A grande verdade — reparem os senhores que 1988 foi ontem — é que, a rigor, não há um novo Parlamento, não há uma nova legislatura. Nós, Senadores, somos dois terços dos constituintes de 1988; na Câmara dos Deputados, provavelmente metade ou mais são os constituintes que hoje adotam posição diferente.

Há erro nisso? Eu diria que não. O que ocorre é que nunca, em tão pouco tempo, houve alterações tão imensas e profundas no Brasil e no mundo inteiro. As modificações são reais. Primeiro parecia, e para alguns ainda parece, que a queda do comunismo da União Soviética significava a vitória do capitalismo e do liberalismo absoluto. A esta altura, já se está descobrindo que não é bem assim; na verdade, há uma intermediação no sentido de se organizar a sociedade de forma a garantir a paz social e a igualdade das pessoas. Não me parece que o liberalismo, a liberdade de fazer e de querer, garanta as condições de dignidade a todos os cidadãos. Não é o que era anteriormente, uma sociedade de intervenção onde o poder absoluto estava no Estado; mas também não é o contrário, ou seja, não é o caso de lavar as mãos e ficar assistindo. Vivemos esta intermediação.

Quando o então Presidente Orestes Quécia criava uma comissão para organizar o novo programa do PMDB, eu dizia no MDB que S. Ex^a estava certo, mas que não deveria fixar uma data para o término dos trabalhos dessa comissão, porque o mundo estava em transformação, e o natural seria o PMDB dizer que o programa deve ser modificado, porque há itens que estão no nosso programa que já são vitórias.

Falar em anistia? Já há anistia. Falar em convocar a Assembleia Nacional Constituinte? Já foi convocada. Falar em eleições diretas para Presidente da República? Já existem. Falar em autonomia, em direito e determinação do Congresso Nacional? Já existe isso. Tem que mudar? Tem, mas no capítulo do conteúdo social, no capítulo das posições do que se pensa daqui com relação ao futuro.

É mais importante dizer que partido vai debater com a sociedade, vai estar em debate permanente, do que querer fazer de uma hora para outra um programa pronto e acabado. Por quê? Porque o mundo, a Igreja está em efervescência, a sociedade, a economia, os empresários, a humanidade, no seu conjunto, está debatendo uma situação que considero fantástica na busca do que deve ser o dia de amanhã. Nesse contexto está o Brasil. Vejo alguns números e eles me impressionam.

Vejo aqui, de Angus Maddison, "Desempenho da Economia Mundial desde 1870" e verifico indicadores sumários do desempenho das economias do mundo até 1987. A França cresceu 13 vezes; a Alemanha, 26; o Japão, 84; a Inglaterra, 9; os Estados Unidos cresceram 53, e o Brasil, 157. O Brasil foi um País que cresceu, que se desenvolveu e que avançou. Verifico agora — falaram-me ontem — que alguns números são realidade do Brasil, hoje, com relação ao Governo do Sr. Itamar Franco. Até acho que Sua Excelência pode não ter nenhuma participação nesses números. O estoque da moe-

da econômica está estável há 11 meses: 113 bilhões de dólares. Esse é um fator positivo. Mais positivo: 30% desse dinheiro está em títulos bancários, dinheiro conservado, calmo e bem-comportado.

Outro dado que é recorde histórico: a sociedade só tem no bolso 1,8 do dinheiro, o famoso M-1. Em 11 meses, os juros só estão 9% acima do IGPM do período. No ano passado, o juro real médio foi 35% acima do IGPM.

Os balanços semestrais das empresas de capitais abertos, após 3 anos no vermelho, estão mostrando lucro nas 228 maiores. As operações de *leasing* de automóveis batem recordes. As vendas da indústria no primeiro semestre cresceram 11,6% reais, descontada a inflação, em relação a igual período de 1992. Só em São Paulo, 17% reais. O uso da capacidade instalada da indústria, em agosto, foi de 70% médio, maior índice desde 1989. O que quero dizer com isso? É que o nosso problema não é o nosso povo, não é nem sequer a nossa economia. O nosso problema somos nós, é a nossa elite, a elite política, a elite empresarial, a elite, eu diria, sindical. O maior responsável pela crise que estamos vivendo é o conjunto da sociedade brasileira. Aquela tese de que vamos crescer, de que vamos deixar o Brasil crescer e de que "um dia ele vai chegar lá" não me parece a mais correta, porque os números são reais. Se o Brasil está crescendo, se o Brasil progride, é mais real que se afastem os índices entre aqueles que têm e os que não têm. É mais real, na verdade, do que o ocorrido no Rio de Janeiro. O fato não pode ser interpretado no sentido de que simplesmente aconteceu, porque foi acima da responsabilidade conjunta da sociedade brasileira; aquilo era previsível. Primeiro, porque o Brasil inteiro aplaudiu. Eu me lembro da irritação com que assisti, em fevereiro, em frente à escola de samba, aquele cidadão bicheiro falar, em cadeia de televisão, pela Globo, para o Brasil inteiro, a se defender das injustiças que havia contra ele, o Sr. Castor de Andrade. E, no entanto, era considerado normal que o jogo do bicho patrocinasse o carnaval como grande acontecimento. Atrás do carnaval, atrás do jogo do bicho vem o tóxico e, atrás disso, é a realidade que lá está. É uma realidade dura, é uma realidade difícil, mas que tem a obrigação de ser analisada. E temos a obrigação de vê-la no seu conjunto, porque o que se sente, meus irmãos, é que se o Brasil tem condições de progredir, se a economia tem condições de progredir, falta para este País um projeto que se chama Projeto Brasil; falta para nossa Pátria um projeto ao qual nós todos nos entreguemos de corpo e alma, real e efetivo. E o Projeto Brasil não é o projeto nem de Lula, nem de Brizola, nem de Maluf, nem do PMDB; cada um pode ter o seu. Mas é uma síntese de idéias e princípios de filosofia que deve ser responsabilidade do conjunto. Será que cada um de nós bate no peito e percebe este Brasil que está aí? Lá estão as crianças, lá estão os índios, lá está o massacre, lá estão 30 milhões de brasileiros que passam fome, e nós estamos aqui.

Eu sou Senador, me levanto, venho e trabalho 20 horas por dia. Daquilo que faço, o que real e efetivamente contribui para diminuir essas questões? Daquilo que faço, quantas pessoas entram no meu gabinete, batem à porta e vêm decidir, debater, resolver os problemas nacionais? E daquilo que faço, quero ter a possibilidade de dizer: hoje, vou dormir tranquilo, contribuí para que não haja mais 31 milhões, 496 mil e 700 necessitados, mas sim 31 milhões, 496 mil e 696, — menos 4 — porque, por esses quatro, fiz alguma coisa.

Falta a este País um Projeto Brasil. E o PMDB vive esse momento como um grande partido. O MDB, partido do qual ele se originou, viveu suas grandes épocas. Houve um momento, neste País, em que era o MDB e mais nada. Claro que havia a ARENA, partido do Governo, que respeitávamos, mas ele representava o pensamento daqueles que garantiam o regime militar.

Houve uma época neste País em que sindicato não falava, porque o Decreto nº 288 o proibia. Houve uma época em que professores e estudantes não podiam falar, porque o Decreto nº 477 os proibia de ter pensamentos. Milhares de alunos foram proibidos de estudar, e centenas de professores foram expurgados das universidades e exilados, em virtude de terem cometido o crime de defender idéias contrárias ao pensamento da época.

A imprensa não podia publicar o que queria. Jornais, como *O Estadão*, publicavam receitas e mais receitas culinárias ou *Os Lusíadas*, em lugar das matérias proibidas.

Houve uma época difícil. Sobre ela a geração atual pôde pensar um pouco após assistir à série da Rede Globo que a retratou. Aquela foi a época da resistência, em que o MDB, tendo à frente esse extraordinário e fantástico homem, que foi Ulysses Guimarães, desempenhou o seu papel.

Ouvi pronunciamentos, há pouco, de bandeiras que se levantaram e que, através delas, se esperava a salvação; e o Brasil não se salvou. Mas, na verdade, foram bandeiras importantes, e o Brasil avançou. Falar agora na bandeira da anistia pode não significar nada, mas houve um momento em que ela simbolizava a alma, o sentimento, a grandeza do povo brasileiro. Estávamos à frente dessa bandeira e lutávamos por ela. Eu lembro-me bem que, com Teotônio Vilela e outros, percorremos este Brasil inteiro na defesa da tese da anistia; percorremos as prisões para verificar se ainda havia quem vivesse sob o ângulo da tortura, porque houve uma época em que este País não tinha o Poder Judiciário; não tinha absolutamente nada que o garantisse, a não ser a tribuna do MDB.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador, eu não gostaria de me alongar, porque o discurso de V. Exª realmente chama a atenção da Casa. Mas gostaria de fazer uma retificação: quando orador, não falei em anistia. E considero essa observação, da maior importância, nobre Senador. Outros que me antecederam, hoje, também não falaram em anistia, querendo minimizar o mérito desse movimento para a liberdade do País. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON — Pelo amor de Deus, quem vai alterar o pensamento sou eu. Quis dizer que pensavam que a anistia era a salvação. E hoje já se diz que foram muitas as bandeiras que o MDB levantou, achando que o Brasil mudava. Quero dizer que o Brasil mudou sim, porque a anistia foi importante, assim como o foram as eleições diretas na oportunidade.

Uma das campanhas mais fantásticas que esse País já teve foi pelas Diretas-Já, ela foi necessária; a campanha pela Constituinte também foi importante e necessária, independentemente dos resultados obtidos. Podemos agora analisar e interpretar que a atual Constituição não é a ideal, mas certamente a ideal não era a Carta outorgada na Granja do Riacho Fundo pelo General Geisel, que, ao fechar o Congresso Nacio-

nal, se transformou em Presidente Constituinte e legislou a Emenda Constitucional nº 1, que, na verdade, era uma nova Constituição — a Constituição de 1969.

Levantamos essas bandeiras. Bandeiras difíceis, bandeiras complexas? Creio que sim. O MDB as levantou. Quando houve a transição, o MDB participou. Foi difícil? Creio que sim. E o pluripartidarismo, foi difícil? Creio que sim. Havia interrogações, porque não existia a unanimidade da anistia, não existia a unanimidade da Constituinte, não existia a unanimidade das Diretas-Já. Havia, sim, bandeiras importantes, de grandes debates e de grandes discussões.

Nesse período, nós, do Rio Grande do Sul, vivemos horas difíceis. O Rio Grande do Sul, por ser o Estado do líder e ex-Presidente da República cassado, João Goulart; por ser berço daquele que era considerado como o grande inimigo, Dr. Brizola; por ter representantes que ocupavam cargos importantes no Governo Jango, pagou um preço muito caro. Além disso, os gaúchos que saíram do Brasil instalaram-se em Montevideú, e houve um determinado movimento de resistência — movimento armado — do qual os gaúchos participaram. Isso nos custou muito caro.

Emoção bonita daqueles tempos em que MDB resistiu no Rio Grande do Sul. Praticamente não tivemos casos de seguidores do MDB que abandonaram a causa do Partido por medo ou por temor. Ninguém saiu do MDB para entrar em um outro partido; no entanto, muitos saíram do MDB com seus mandatos cassados e impedidos de fazer política. Muitos! Em muitas leveis isso aconteceu, porque fazíamos os desafios. O Governo, por exemplo, proibiu eleições diretas para o Governo do Estado em 1966. O MDB não teve dúvidas. Cassaram os mandatos dos Parlamentares do MDB, ficamos em minoria e fizemos acordos com deputados do antigo PSD e UDN. Nessa época, veio para o nosso lado — tivemos a coragem de buscá-lo — Paulo Brossard de Souza Pinto, grande adversário do trabalhismo. Seus discursos eram os grandes pronunciamentos contra nós. No entanto, aliamos-nos a ele e fizemos 32 deputados contra 23; apresentamos um candidato de integração, um candidato de pacificação, ao Governo do Rio Grande do Sul, o Sr. Professor Cirne Lima, um dos juristas mais espetaculares do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Assinamos o documento, mesmo sabendo que a mão do regime atuaria. E atuou: cassou tantos deputados quantos necessários para que Cirne Lima, que contava com 32 votos, não se elegeisse, e para que o Coronel Peracchi de Barcellos fosse eleito com 23 votos.

Em 1970, o MDB do Rio Grande do Sul respondeu: fizemos maioria, contra tudo e contra todos, mesmo sabendo que o Governador, o Sr. Triches, já havia sido nomeado. Saímos em campo e fizemos maioria na Assembléia Legislativa. Mas não fizemos o governo do Estado porque, mais uma vez, cassaram tantos deputados quantos necessários para que o Sr. Triches, com minoria, ganhasse; nós, maioria, fomos transformados em minoria.

Aqueles foram anos de luta, anos de resistência. Lembro-me de — àquela época a imprensa praticamente não podia publicar, não podia registrar — um caso que ficou célebre, neste País: o caso do sargento que apareceu, com as mãos amarradas, boiando no Guaíba. Quando o corpo já se encontrava no necrotério, um jornalista — hoje vereador pelo PDT de Porto Alegre — procurou-me para dizer que o sargento havia sido torturado no DOPS, e que podia provar essas afirmações. Viajei ao Rio de Janeiro e localizei, mediante um

endereço que me foi fornecido, a favela onde morava a mulher do sargento. Dei-lhe roupas dignas e levei-a ao necrotério em Porto Alegre, onde, perante a imprensa, ela reconheceu o marido que havia desaparecido em tais e tais circunstâncias. Criamos uma CPI na Assembléia Legislativa. Falar sobre isso agora, quando a criação de uma CPI é uma coisa muito fácil, quando bater no Governo é uma coisa muito singela, parece banal. Mas aconteceu naquela época, quando a permissão de cassar mandatos continuava. Provamos — foi a primeira vez que se conseguiu provar no Brasil, depois vieram muitos outros casos — a existência de um mártir da tortura, da violência e do arbítrio, sobre o qual a imprensa praticamente não tinha condições de publicar. Aquele tempo valeu...

Lembro-me de que o MDB teve coragem de se reunir, pela primeira vez na sua história. Não se tratava de ter coragem; era, de fato, difícil reunir-se. Constituinte era palavra subversiva; anistia era palavra maldita. A imprensa estava proibida de falar essas palavras. Ainda assim, reunimos, pela primeira vez, o MDB de todo o Brasil em Porto Alegre para a elaboração de um documento que talvez seja o mais importante de sua história: a Declaração de Porto Alegre, do dia 25 de abril. Nessa reunião e em outra realizada posteriormente em Recife foram debatidas, analisadas e aprofundadas questões relativas a um partido que deveria marchar em seu conteúdo, ser um partido com idéias, com filosofia e com doutrina e não apenas ser um partido de resistência.

Graças a Deus, essas questões foram avançando. No Rio Grande do Sul tivemos condições de fazer com que o Partido não fosse apenas um partido de véspera de eleição.

A História do Brasil, a triste História do Brasil, mostra que não temos tradição partidária. Na Monarquia, os dois partidos nada significavam. É como se dizia: nada é mais igual do que um ou outro no poder, porque no poder significam exatamente a mesma coisa. Proclamada a República, lamentavelmente não tivemos partidos federais, só estaduais: Partido Republicano Paulista, Partido Republicano Mineiro, Partido Libertador. Na verdade, o que se estabeleceu na Primeira República foi a República dos Governadores.

A primeira vez, no Brasil, que houve partidos nacionais foi em 1946 com a queda de Getúlio Vargas, quando se criou a UDN, o PSD, o PTB. Lamentavelmente, ao invés de se criar a UDN, o PTB, o PSD em torno de idéias, em torno de princípios, formaram-se partidos em torno da figura do Dr. Getúlio Vargas. A favor dele estavam PTB e PSD; contra, a UDN. A História nos mostra que as pessoas de esquerda, os progressistas avançados estavam na UDN, inclusive no Norte e Nordeste, porque a UDN era contra Getúlio Vargas. Muitos conservadores — eu diria até reacionários — estavam no PSD ou PTB, porque eram a favor do Dr. Getúlio Vargas. A diferença, dramaticamente, foi feita em torno da figura de Getúlio Vargas.

Morto Getúlio Vargas em 1954, passada essa influência, projetado Juscelino Kubitschek, veio a década de 60, quando os partidos começaram a ter política ideológica independente de pessoas. A UDN passou a ser o partido da elite intelectual, da — eu diria — burguesia intelectual; o PSD passou a ser o partido da burguesia rural; o PTB passou a ser o partido dos trabalhadores, dos homens das fábricas; e o PDC passou a ser um partido que existia com o conteúdo de buscar uma idéia democrata cristã, começando a se aprofundar.

O grande crime do Movimento de 64, não foi o crime inicial, porque Castello Branco quando assumiu o Governo e criou a Lei Orgânica dos Partidos manteve os partidos,

apenas criou a obrigatoriedade de assinar ficha e de ter um número de percentuais — o texto que dispomos da Lei Orgânica dos Partidos foi criado por Castello Branco no seu primeiro ano de governo. Só que aí ele obrigou um percentual para que todos pudessem se formar.

No Rio Grande do Sul, para garantirmos que o PTB não morresse, foi uma guerra. Ao mesmo tempo que tínhamos que fazer com que os cidadãos se filiassem ao PTB, os militares iam lá, prendiam, torturavam e faziam uma série de ameaças para que isso não ocorresse. Terminado aquilo, sobraram o PSD, o PTB e a UDN, e surpreendentemente, aqueles outros pequenos partidos não suportaram as regras determinadas pelo Presidente Castello Branco.

Veio o Ato Institucional nº 2, que foi a coisa mais ridícula, mais grosseira que se pôde ter; ele decorreu do fato de terem sido eleitos pelo PDS, com apoio do PTB, derrotando a UDN, os Srs. Negrão de Lima, como Governador do Rio de Janeiro e Israel Pinheiro, como Governador de Minas Gerais. Esse era o pretexto, o perigo que representavam Negrão de Lima e Israel Pinheiro. Veio o Ato Institucional nº 2, extinguindo todos os partidos políticos e criando apenas dois: a ARENA e o MDB. E a ARENA e o MDB vieram numa luta imensa.

O último discurso quem fez foi eu, em nome do MDB, fazendo um apelo dramático para que o partido não fosse extinto. Eu dizia: não é o problema de abrir-se a filiação partidária. Se a ARENA quer se extinguir, que se extinga! Não há problema algum. Que se criem novos partidos! Mas por que extinguir um partido que já está começando a ter vida, a ter consistência? Recordo-me que dizia: não adianta mudar, pensar que o nome da ARENA está desgastado. E por que está desgastado vamos tirar o invólucro do partido e vamos colocar um outro nome bonito — que é o do PDS! Se o conteúdo é o mesmo, logo, vai levar muito menos tempo para se deteriorar o nome do partido anterior. Mas nada adiantou, e a ARENA foi extinta.

Naquela época, o Congresso encerrava suas atividades no dia 5 de dezembro. Extinguiram o MDB numa quinta-feira na sessão noturna. Sexta-feira todos iam embora; não haveria mais reunião, nem o que fazer: o partido estava extinto. Lembro-me que o Dr. Leonel Brizola estava aqui, buscando gente para formar o seu PTB. Já se falava no PT e em outros partidos. Dr. Ulysses nunca quis aceitar a dissolução do MDB e, uma vez aceita, praticamente não se sabia o que fazer.

Tenho que tirar o chapéu à figura de Teotônio Vilela. Este, na sua ansiedade, não admitia: — “Mas nós vamos embora? Vamos sair agora, no dia 30 de novembro, para os nossos Estados e só vamos voltar em março? Alguma coisa tem que ser feita!” Os senhores devem se lembrar da figura fantástica de Teotônio — tenho muito carinho por ele. A saúde o impediu de se candidatar ao Senado, pois ele não tinha mais condições físicas. Mesmo após deixar o Senado, por dois anos, ele ainda conviveu conosco. Residia comigo, em meu apartamento, e meu gabinete era seu também. Andava pelo Brasil inteiro, de forma fantástica, com os seus quatro cânceres, com as suas duas muletas, pregando, invocando e convocando o País para um projeto nacional que sensibilizasse a população.

Saiu Teotônio, saímos nós e fomos ao gabinete do Dr. Ulysses Guimarães. Dissemos a ele: Dr. Ulysses, isso não pode ficar assim. Não podemos ir embora sem mais nem menos, liberando os Deputados e Senadores, as lideranças do partido. Eles não podem ficar de hoje até março sem saber

o que fazer. Saímos dali com o Dr. Ulysses e, no Salão Verde da Câmara dos Deputados, lançamos — marcamos um horário, às 17:30 horas de uma sexta-feira — o chamado Sucedâneo. Isso porque não tínhamos um programa, não tínhamos um estatuto, não tínhamos nada. Só tínhamos uma idéia.

Lançamos o Sucedâneo e emitimos uma nota em que apelávamos para todas as Lideranças do MDB no sentido de que aguardassem o Sucedâneo e que não tomassem nenhuma posição antes que o mesmo fosse definido. Marcamos uma data — se não me engano, 10 de fevereiro — para que todos estivessem presentes e, até-essa data, o Dr. Ulysses, Teotônio Vilela e eu passamos a organizar, a costurar um programa partidário, um estatuto partidário, para que as pessoas, quando viessem aqui, assinassem. E surgiu o PMDB.

Creio, meus amigos, que digo essas coisas para me situar — pode parecer estranho — porque a imprensa tem publicado: primeiro, o Pedro Simon é candidato a Presidente, ou não é; é um candidato, mas não faz campanha. Gostaria de esclarecer.

A minha vida no partido foi sempre a mesma. O meu estilo foi sempre o mesmo. Esses anos todos, no MDB do Rio Grande do Sul, que presidi, comandeí a oposição naquele Estado durante todo o período, não só do MDB, como também do PMDB sob esse estilo, de somar.

Lembro-me que quando criamos o IEPES — hoje, ouvese falar em Fundação Pedrosa Horta, Fundação Tancredo Neves, fundação não sei mais o quê — isso começou no Rio Grande do Sul, quando criamos o Instituto de Formação Política, tendo um homem que, hoje, é Presidente, o André Foster. Naquela época, que ninguém podia falar, que ninguém podia discutir, um Instituto de Formação Política! O IEPES, no Rio Grande do Sul, foi o grande baluarte de resistência neste País.

Partido político, infelizmente, no Brasil, a tradição, do passado, era uma legenda para escolher candidato em véspera de eleição. Organizar diretório de bairro, diretório de vila, diretório de setor jovem, de setor feminino, reunir Vereadores, reunir presidentes de partidos e reunir Prefeitos. Muitos Prefeitos, muitos candidatos de todo o Brasil acorreram quando fizemos um congresso com os candidatos a Prefeitos. Elaboramos uma cartilha de como devia ser um Prefeito do MDB. Muitos ilustres e brilhantes Prefeitos como, por exemplo, Luiz Henrique que foi um extraordinário Prefeito de Joinville, admitem que, muitas vezes, folhearam aquela cartilha do MDB do Rio Grande do Sul, e pela primeira vez concebiam a idéia. Não adiantava eleger um prefeito de um partido e deixar o coitado atirado à própria sorte: se fosse bom, dava certo; se fosse ruim, dava errado. Tinha que haver uma filosofia, uma doutrina, um pensamento, um conjunto de afinidades.

Tivemos essa preocupação com relação aos prefeitos, aos Vereadores, à Academia, que era o IEPES de formação política. Levamos aquela idéia a Santa Catarina. Lembro-me das primeiras reuniões. Fui a Lages, a Chapecó, a vários Municípios daquele Estado, coordenando e aceitando o apelo de fazer aquela organização em Santa Catarina, objetivando, depois, levá-la ao Paraná.

Creio que é importante salientar esse aspecto para mostrar o nosso estilo de luta e de trabalho no Estado do Rio Grande do Sul.

Quando vejo a Bancada do MDB do Rio Grande do Sul fico emocionado. Na verdade, o nosso estilo é exatamente esse.

Da tribuna, vejo o Senador José Paulo Bisol, um ilustre e extraordinário jurista, Desembargador. Fui à casa dele, fiquei a noite inteira tentando convencê-lo de que o papel dele não era ser Senador. Naquela oportunidade, era ser Deputado Estadual pelo MDB. Como iria se eleger era a preocupação dele. Com muita honra, ele foi eleito Deputado e Senador pelo MDB.

Vejo o Senador José Fogaça, que é Presidente Nacional do MDB, e me lembro do jovem professor de cursinhos, professor universitário, um intelectual, homem da música, das letras, tinha um programa espetacular na televisão. Levei dois anos para convencê-lo a entrar na política. Primeiro para ser vereador, o que não aceitou. Depois, numa noite, conversamos madrugada adentro, e ele concordou em ser candidato a deputado. E hoje aí está um extraordinário homem público do nosso Partido.

Lembro-me de Paulo Brossard. Lembro-me da luta, do esforço que fiz para enfrentar a resistência do Dr. Brizola, o voto em branco que veio do Uruguai, porque trazíamos o Brossard, pois achávamos que era hora de somar; que não era hora das divergências de ontem serem mais importantes que o destino do futuro. E suportei os arrepios do Dr. Brizola, do Dr. Jango, e achei que era hora de trazer o Brossard. Ele foi um dos grandes nomes, talvez o maior Líder que o nosso Partido teve aqui no Congresso Nacional.

Vejo aí o Deputado Mendes Ribeiro. Enfrentei uma luta difícil com relação a S. Ex^a, porque escrevera uma carta, num jornal da época, dizendo que tinha as suas idéias e que iria ser candidato, mas que alguém teria que se identificar com elas, pois não queria mudá-las — idéias, diga-se de passagem, do maior respeito!

Escrevi então uma carta, como Presidente do MDB — e o Deputado Carrion Júnior, que saiu do PMDB e está no PDT, ficou revoltadíssimo com a minha atitude — dizendo que aceitava as condições impostas, pois as suas idéias eram iguais às do programa do MDB. Falei que o aceitávamos no Partido com muita honra. E obtive 300 mil votos para deputado.

Aqui está o Deputado Nelson Proença, que teve um magnífico desempenho à frente do Governo Federal, e que tinha dúvidas com relação a ser ou não ser. Eu lhe disse: “É importante que você seja. Você vai se eleger!” “Mas como é que vou me eleger? Não entendo nada de política!” E está aí hoje um brilhante Deputado.

Lembro-me do Deputado Nelson Jobim, que era um jurista, um advogado em Santa Maria; nunca foi vereador, nunca teve atuação política, mas achávamos que era importante termos alguém ali; o Deputado João Gilberto havia saído do nosso Partido e não iria concorrer à reeleição; o Nelson Marchesan era de Santa Maria, mas candidato ao Senado. E dizia eu ao Nelson Jobim que ele tinha todas as condições de se eleger. Trouxemos o Madeira, que era Presidente da OAB, para dizer que lhe daria apoio, pois tinha todas as condições de se eleger, e ele acabou aceitando. E aí está o Deputado Nelson Jobim.

Lembro-me do Deputado Ihsen Pinheiro, um brilhante jornalista de esportes, pertencendo à diretoria do Internacional numa de suas épocas mais brilhantes, dos chamados mandarins. Havia ele militado na esquerda na mocidade; convidou-o para ser candidato, e na ocasião disse-me que estava bem, advogando, escrevendo na imprensa, e que não arriscaria, pois não tinha chances; respondi-lhe que tinha todas as condições de ser o vereador mais votado e que deveria apro-

veitar o momento, pois era a sua hora. E está aí o Ibsen Pinheiro, que acabou se elegendo e é um grande nome, uma liderança de grande prestígio.

O Ministro Antônio Britto dizia-me que estava em Brasília há muito tempo, afastado do Rio Grande do Sul; se fosse candidato o seria por Brasília; disse-lhe que ele reunia todas as condições, levei-o para o Rio Grande do Sul, e hoje todos o conhecemos.

Não fui buscar o Deputado Germano Rigotto, que está aqui me honrando, mas, em compensação, dei-lhe força total como candidato natural de Caxias do Sul, para ocupar uma tribuna que fora ocupada, primeiro, pelo Rosset, depois, pelo Júlio Costa Grande, e por ele, posteriormente, pois era a sua vez de demonstrar a sua qualidade e o seu brilho.

Lembro-me do Deputado Luís Roberto Ponte, que decidira ser candidato a deputado, mas dizia: "No MDB não pode ser, pois o MDB não vai me querer". Foi quando me disseram que ele, Presidente do Sindicato da Construção Civil, se candidataria; não tive dúvida em procurá-lo. Ele levou um susto quando me viu e perguntou-me: "Mas vou ser bem recebido no MDB?", ao que lhe respondi que sim, pois ele era um empresário sério, digno, competente, correto, com todas as condições de ser um grande nome no Partido. E aí está o Luís Roberto Ponte.

Sou um pouco diferente! Quando era Governador do Rio Grande do Sul, surgiu uma disputa na liderança entre o Ibsen Pinheiro e o Egídio Ferreira Lima. O Ibsen Pinheiro, nessa ocasião, não tinha o prestígio que tem hoje, estava começando — está aqui o Deputado Luiz Henrique que sabe disso. O Egídio Ferreira Lima tinha mais tradição, tinha uma biografia maior à época. Procurei apoio para o Ibsen Pinheiro; consegui-o do Miguel Arraes, do Orestes Quércia e de outras pessoas como o Governador do Rio de Janeiro e o de São Paulo; fiz a coordenação para que o Ibsen Pinheiro fosse Líder da Bancada.

Nem sempre tive sorte. Quando Nelson Jobim candidatou-se, dei meu apoio a S. Ex^a; fiz o mesmo em relação a Odacir Klein, embora tenha carinho e apreço pelo Deputado Genebaldo Correia. Mas acho que, sendo S. Ex^a do Rio Grande do Sul, e conhecendo-o, tinha a obrigação de apoiá-lo. Sou uma pessoa diferente! Diferente em algumas coisas.

Por exemplo, em relação ao Dr. Ulysses Guimarães. Sempre tive carinho e afeto pelo Dr. Ulysses. Inclusive guardo, no meu coração, a carta que ele me escreveu na abertura de uma dessas publicações que temos. Mas eu não era daquelas pessoas que diziam "amém" ao Dr. Ulysses. Acho até que eu era das pessoas — e ele me telefonava durante anos a fio, praticamente todos os dias — que diziam "não" ao Dr. Ulysses. Quantas vezes ele terminava o telefonema dizendo: "É, bem que me disseram que não era para telefonar para ti. Eu não tinha nada que ter telefonado". Eu respondia: "Pois é, Dr. Ulysses, mas eu penso assim."

Algumas coisas ficaram célebres. Por exemplo, quando o Dr. Ulysses estava terminando a Constituinte, reuniu os seus amigos para decidir qual seria o seu rumo. Eu era Governador do Rio Grande do Sul — acho que muitas das pessoas que estão aqui, inclusive, estavam lá reunidas e devem se lembrar — e fui derrotado na tese que defendia, que era a seguinte: "Dr. Ulysses, ao terminar a Constituinte, o senhor tem que fazer o maior discurso da sua vida — e ele o fez — ; o senhor tem que renunciar à Presidência da Câmara, porque o senhor não tem mais nada a fazer lá; o senhor tem que renunciar à Presidência do Partido, pois o senhor

não tem mais nada a fazer lá; o senhor tem que dizer que completou a sua missão e atender à série de convites pela Europa, pela Ásia, pela África, estudar o mundo, Dr. Ulysses! E na hora certa nós vamos lhe buscar para ser Presidente."

Nunca me esqueço da frase que alguém disse: "Ele vai morrer na Europa, porque ninguém vai buscá-lo." Disse: "Não sei se vai acontecer isso. Mas, se acontecer, é melhor isso do que ele ficar aqui e terminar se esvaziando. E quero dizer para vocês que não há mérito nenhum no que estou dizendo, porque não estou criando; estou repetindo." O Dr. Getúlio Vargas fez isso em 1946. Elegeu-se Senador por dois Estados, elegeu-se Deputado Federal por sete Estados. Sentou-se no Palácio Monroe, no Senado. Foi ele quem elegera Dutra à Presidência da República, porque na disputa entre Dutra e o Brigadeiro Eduardo Gomes a sua decisão a favor de Dutra foi fundamental para elegê-lo. Mas, de repente, Dutra fez o acordo com a UDN e o PSD para governar, que passaram a isolar o Dr. Getúlio. E, no Senado, ouviu, durante duas semanas, quatro discursos contra o que tinha sido o Estado Novo. Ele foi para a tribuna, fez um discurso e retirou-se para São Borja. Nunca mais apareceu. Só saiu de São Borja quando candidato à Presidência da República. Isso tudo contei naquela noite. Infelizmente, fui derrotado, e a tese que pegou foi a tese da Constituição Cidadã, em que o Dr. Ulysses Guimarães tinha que pegar a Constituição, colocar debaixo do braço e andar pelo Brasil afora e, como resultado dessa Constituição — em que, justiça seja feita, havia grande parte do trabalho do PMDB, no seu conjunto, e do Dr. Ulysses, de maneira pessoal — ele viria a ser candidato à Presidência da República. Veio, mas não resolveu.

Lembro-me de que, Governador do Rio Grande do Sul, vim almoçar na casa do Dr. Ulysses, e D^a Mora falou: "Pois é, Dr. Ulysses. O Pedro foi o único amigo seu que não veio para a sua festa de 70 anos." E o Dr. Ulysses: "É, agora ele ficou importante. Agora ele é Governador. Até o Dr. Roberto veio, os Governadores vieram todos". Eu disse: "Olha, Dr. Ulysses, o senhor não deve se esquecer de que levei 15 dias brigando com o senhor para não fazer esta festa, que eu fui contra, e não vim em sinal de protesto. Festejar 70 anos e alardear pelo Brasil afora que está fazendo 70 anos, para quem quer ser candidato a Presidente da República — olha a síndrome da morte do Dr. Tancredo — não acho muito inteligente, Dr. Ulysses. Deve ter alguém com alguma intenção maquiavélica; a maioria deve ter boa intenção, mas tem alguém interessado em fazer uma divulgação espetacular dos seus 70 anos, Dr. Ulysses". Foi o que aconteceu. O que eu penso, digo.

Veio o episódio da sucessão, que tem muitas coisas a serem contadas; a imprensa poderia fazer uma retrospectiva, pois aqueles ex-governadores, praticamente, estão separados e espalhados por todo o Brasil. Miguel Arraes está no Partido Socialista, Tasso Jereissati está no PSDB, Henrique Santillo e Álvaro Dias estão no Partido Popular, quer dizer, há uma diversidade por tudo que é lado. Fizemos grandes reuniões, mas reconheço a nossa grande incompetência, como Governadores, de não ter feito uma costura séria e responsável em torno daquilo.

Entretanto, havia uma triste realidade — o José Fogaça está aqui e sabe melhor do que eu, como também o sabem o Germano Rigotto e o Nelson Proença: as pesquisas que mandávamos fazer, no Rio Grande do Sul, eram dolorosas com relação à candidatura do Dr. Ulysses Guimarães. Quando

Orestes Quérici, Alvaro Dias e Miguel Arraes me diziam que era difícil a eleição do Dr. Ulysses, eu sabia que era verdade. Em determinado momento, mandei fazer uma pesquisa em outros Estados para saber se aquilo era verdade ou mentira. Também o Governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, dizia-me que era difícil, e eu sabia que era verdade.

Foi difícil o debate com Dr. Ulysses Guimarães. Eu lhe disse que ninguém mais do que eu ficara ao seu lado.

Houve momentos difíceis para o PMDB no Rio Grande do Sul, por exemplo, quando Leonel Brizola lançou sua candidatura à Presidência da República. Ele é o grande líder no meu Estado. Basta ver o resultado da eleição presidencial no Rio Grande do Sul, em que ele, praticamente, obteve 80% dos votos. Leonel Brizola tem um prestígio tão grande no Rio Grande do Sul que colaborou com o candidato do PT — se bem que não foi só ele; com exceção de dois ou três membros do meu Governo, todos fomos ao palanque do Lula. Na verdade, Brizola tinha grande prestígio nesse momento.

O caminho natural para nós do Rio Grande do Sul era ficar com o Brizola. Muita gente diz que não fiquei com o Brizola em virtude da briga pela ocupação de espaço. Isso não é verdade. Desde o início, Brizola deixou bem claro que iria fazer política no Rio de Janeiro, que pretendia se instalar, como o fez, no Rio de Janeiro. Alceu Collares, hoje Governador do Rio Grande do Sul, que certa época concordou comigo, dizia-me que não fizesse besteira, pois eu era o candidato natural ao Governo do Rio Grande do Sul. Ele seria candidato a Senador e Brizola, candidato a Presidente da República.

Defendíamos a tese de que teríamos de ficar juntos até a Assembléia Nacional Constituinte. Era absurda a tese de rachar antes da Constituinte, antes da abertura, antes da normalidade. Essa era a tese do General Golbery do Couto e Silva, que visava nos enfraquecer e dificultar nossa atuação.

Paguei o preço pela atitude que tomei. Podia ter sido Governador do Rio Grande do Sul. Era só ter feito uma barganha com o Dr. Brizola. Entretanto, fiquei no PMDB, instalamos o nosso Partido e perdemos. A rigor, com toda a sinceridade, não perdi essa eleição: fui garfado, e isto aconteceu por causa de alguns equívocos nossos. O Brizola ficou sabendo pela Embaixada alemã, denunciou e teve condições de fazer a fiscalização no Rio de Janeiro; fizeram no Rio Grande do Sul, só que não nos avisaram; ficamos sabendo quando as urnas estavam sendo apuradas. Garfaram as eleições.

Sempre defendemos a tese da importância e do significado dessa luta. Ficamos do lado do Dr. Ulysses. Eu lhe dizia que estava do seu lado, mas que ele não tinha chances de ganhar. A vida tem coisas fantásticas! O Dr. Tancredo Neves, por exemplo. Eu o vi em momentos de grande derrota. Ele conta que em 1960 a eleição para governador em Minas Gerais era coisa praticamente certa para ele, tanto que os candidatos tradicionais da UDN não aceitaram concorrer, porque o Presidente da República era Juscelino Kubitschek, que tinha feito um governo espetacular em Minas Gerais. Juscelino era uma avalanche de votos, e isso teria grande influência nas eleições em Minas Gerais — tanto que foram buscar o Magalhães Pinto, que, na época, era um nome de terceira linha da UDN mineira, porque ele aceitou disputar.

Veio depois Jânio Quadros. Quando dizem que a última eleição casada foi a de 50, discordo. Para alguns Estados foi a de 60. Para sabermos como vai ser a candidatura de

governador e de presidente da República, vamos olhar o que aconteceu em Estados como Minas Gerais, onde o Dr. Tancredo era como um deus, ganhava brincando, e terminou o General Henrique Teixeira Lott afundando com o Dr. Tancredo, e o Dr. Jânio Quadros elegendo o Dr. Magalhães Pinto.

Vivi um dos momentos mais tristes da minha vida: quando foi criado o PP. Os Senadores se lembram: na bancada do Senado, quando o Dr. Tancredo concordava que alguns nomes saíssem, que outros não deveriam entrar no MDB por terem sido aliados do regime militar. Um dos nomes era, exatamente, o do Dr. Miro Teixeira, que era Deputado e que sempre votou do nosso lado. Este, Tancredo não admitia, mas terminou saindo, e de uma maneira triste, do MDB. Depois voltou com a incorporação.

O Dr. Tancredo tinha razão; nós estávamos errados. Aquela sessão da reforma do Poder Judiciário foi humilhante para o Dr. Tancredo Neves. Toda a Bancada foi reunida, o Senador Paulo Brossard deu um *show*, e todos o apoiaram, ficando contra o Dr. Tancredo. Tancredo Neves dizia que éramos malucos, que não estava na hora de fazer isso, que o partido político tinha de saber o momento certo para aquilo, que o povo não estava sabendo o que era reforma do Poder Judiciário, que o próprio Poder Judiciário não estava se defendendo, estava calado. Ele disse que ia acontecer alguma coisa séria e realmente aconteceu.

Tomamos aquela decisão espetacular do MDB, e fecharam o Congresso Nacional. Depois veio a Granja do Riacho Fundo, criaram senador biônico e tudo mais. Ficou mais do que provado que o Dr. Tancredo tinha razão, mas ele saiu humilhado da reunião.

Na hora da escolha do Presidente da República, na época do Colégio Eleitoral, o Dr. Tancredo era como um deus, estava no auge do seu prestígio. Foi uma das coisas mais fantásticas que já vi. Ninguém tem mais carinho pelo Dr. Tancredo do que eu.

Outro dia, vi uma reportagem acerca do meu amigo José Sarney. Não sei exatamente a que se referia, mas se tratava de algo que aconteceu no seu Governo, algumas imposições. Foi Ministro e guardo na minha Casa a portaria do Dr. Tancredo, pronta e assinada por ele. O Chefe da Casa Civil teve a gentileza de entregar-me, e hoje guardo-a como recordação. A portaria que foi publicada no *Diário Oficial* estava assinada pelo Presidente José Sarney, mas eu tinha em meu poder a portaria que iria ser publicada anteriormente, assinada pelo Dr. Tancredo Neves.

Eu tinha o maior carinho pelo Dr. Tancredo, mas ele teve momentos de alta e de baixa. Na hora em que foi eleito Presidente da República, evidentemente, estava no auge de sua vida. Quanto ao Dr. Ulysses Guimarães, só o vi em alta. Ele tinha prestígio, credibilidade, carinho, respeito, afeto. Houve apenas um momento em que esteve em baixa: quando foi candidato à Presidência da República.

Que coisa fantástica! Isso tem que ser analisado. Tenho dito, diversas vezes, que o papel do Dr. Ulysses foi semelhante ao de Moisés, que conduziu o povo hebreu até a travessia do rio Jordão. Na hora de atravessar, Deus lhe disse que ele não atravessaria, que ficaria do outro lado da margem. Moisés, na hora de bater na rocha, duvidou que dela saísse água. Não sei no que o Dr. Ulysses não creu, porque, pelo que sei, ele acreditou sempre; não me lembro de nenhum momento de dúvida do Dr. Ulysses. Na verdade, o seu único momento difícil foi na hora da eleição.

Fizemos uma reunião de Governadores, e, nela, houve unanimidade na conclusão de que o Dr. Ulysses não teria condições de ser Presidente. A reunião, que durou dois dias, contou com a presença de todos os membros do Partido: Governadores, Deputados Federais, Senadores. Após a reunião, alguém tinha de dar a notícia ao Dr. Ulysses; e eu fui o encarregado porque era seu maior amigo, a pessoa mais insuspeita.

Saímos dali e fomos à célebre reunião, que toda a imprensa publicou com relação à Dona Mora. Conversei longamente com ele, e a nossa conversa foi tranquila, serena. Eu diria que ele havia aceitado. Só que, depois, perguntou-se a opinião dos governadores. No início, eles repetiram o que eu tinha dito. Mas três deles, infelizmente, foram agressivos. Agiram como se o Dr. Ulysses estivesse no banco dos réus e fosse ele o responsável por aquela situação que estávamos vivendo. Na verdade, éramos nós, os governadores, os responsáveis pela situação que estávamos vivendo, porque estávamos num momento impopular dos nossos governos. O Governo Sarney estava numa fase ruim naquele momento, assim como estive numa fase boa durante a implantação do Plano Cruzado. Portanto, não se podia dizer que o Dr. Ulysses era o responsável.

Saindo dali, gerou-se o problema. Tínhamos procurado o Dr. Ulysses para lhe dizer que considerávamos a sua candidatura muito difícil. Ele, então, perguntou que nome indicáramos. Nós lhe respondemos que não tínhamos um nome e que estávamos ali para convidar-lhe para conversar e, juntos, a partir do dia seguinte, analisarmos se o nome a ser indicado deveria ser o dele ou um outro. Asseveramos ao Dr. Ulysses que não trazíamos nenhum nome.

Ele saiu de lá magoado. No dia seguinte — havia as candidaturas, já lançadas, de Álvaro Dias, Iris Rezende, Waldir Pires —, passamos o tempo todo discutindo.

Eu vou dizer aqui, na minha maneira de dizer, no meu estilo, mas é importante dizer, porque corresponde à verdade — há pessoas que podem confirmar —, que só houve um momento em que se conseguiu a unidade: foi quando se chegou à conclusão de que o candidato deveria ser Pedro Simon, porque, sendo Pedro Simon amigo do Dr. Ulysses, o Dr. Ulysses iria entender. Waldir Pires e Álvaro Dias concordariam em retirar sua candidatura se o nome fosse Pedro Simon. Tasso Jereissati, Miguel Arraes e Geraldo Melo, este último do Rio Grande do Norte, já falavam no meu nome.

Em um determinado momento, Tasso Jereissati chamou-me e disse: "O Sarney mandou dizer que acha ótimo se sair o seu nome. Ele quer saber a maneira de ajudar a apoiar o Partido". Pouco tempo depois, levantou-se o Quércia: "Então, está resolvido. Se todos acham que é o Simon, vou ao Dr. Ulysses e comunico que o nosso candidato a Presidente da República é o Simon".

Essa história pode ser contada por Santillo — que já está em um outro partido, por Hélio Gueiros — que, parece-me, está no PFL —, por Moreira Franco, por Newton Cardoso.

Quando Quércia fez aquele anúncio, levantei-me feito fera: "Vocês estão brincando comigo! Se o meu nome estava sendo considerado, por que permitiram que eu falasse com o Dr. Ulysses sem antes discutir o assunto?" Eles disseram: "Não, o Dr. Ulysses vai entender, vai aceitar, deixa por nossa conta". Não. Eu não poderia admitir que constasse da minha biografia o fato de, num dia, ter ido dizer ao Dr. Ulysses que ele não poderia ser o candidato, para, no dia seguinte, dizer-lhe que o candidato era eu. Eu não poderia aceitar.

Foi a última frase na reunião de Governadores. O Quércia então encerrou a reunião.

Achávamos que, se ficasse daquela forma, o Dr. Ulysses nos chamaria para discutir uma forma de sair. Mas algumas pessoas outras — pessoas que respeito — insistiram com o Dr. Ulysses para que ele fosse candidato. Pessoas, algumas das quais conheço, são meus amigos, achavam que essa era a posição: "Tem que ser o Dr. Ulysses, tem que ser o Dr. Ulysses". Eu considerava aquilo um equívoco. Eu achava que o Dr. Ulysses não merecia o que iria acontecer, e que realmente aconteceu.

Em compensação, dali em diante, aconteceu diferente. Fiquei muito magoado com a saída do Dr. Ulysses Guimarães da Presidência do Partido, porque achei que ele saiu num mau momento; ele saiu no momento em que tinha de ficar. Defendo a tese de que um presidente de partido não pode ser candidato. É muito ruim para o presidente do partido. Quando Orestes Quércia, por quem tenho o maior respeito, veio ao meu gabinete convidar-me para ser seu Vice-Presidente: "Quero que você vá ser o meu Vice-Presidente, porque eu vou ficar entre São Paulo e Brasília, você vai ficar aqui, etc." - acho que o Dr. Ulysses deve ter sugerido isso a ele; não sei se foi idéia pessoal dele —, eu lhe disse: "Quércia, eu não quero ser, porque da última vez que vim, fiquei oito anos: dois anos na Secretaria-Geral; e seis anos na Vice-Presidência, dos quais quatro anos como 1º Vice-Presidente".

Foi um "abacaxi" muito grande; exigiu de mim um esforço, um sacrifício enorme. Na campanha da anistia, lá estava eu; na campanha das eleições diretas, lá estava eu coordenando, dentro do PMDB; na Aliança Democrática, lá estávamos nós. Muito da Aliança Democrática foi feito no meu gabinete. Éramos Dr. Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e eu do MDB; Marco Maciel, Aureliano Chaves e José Sarney do outro lado. Nós seis é que fazíamos os encontros, debates e discussões em torno dessa matéria.

Mas, voltando ao assunto, eu disse a Orestes Quércia que achava que ele não deveria ser Presidente do Partido, porque era candidato a Presidente da República. Naquela época, o Quércia era Deus, porque fez um excepcional Governo em São Paulo, elegeu com tranquilidade seu sucessor, tinha grande prestígio; era o candidato natural à Presidência da República. Eu disse que pensava que ele estava errado, que deveria fazer um acordo com o Dr. Ulysses. Ele, Quércia, diria ao Dr. Ulysses que seria candidato a Presidente da República, enquanto o Dr. Ulysses seria o Presidente do Partido.

Eu achava que o equívoco de o Dr. Ulysses, Presidente do Partido, coordenar sua candidatura não precisaria acontecer naquele momento. Naquele momento a situação era inversa. O Dr. Ulysses era um grande coordenador. Disse-lhe que ele jamais encontraria alguém que coordenasse o Partido melhor do que o Dr. Ulysses durante a sua candidatura. E o Dr. Ulysses é um símbolo. Para levar ao Rio Grande do Sul alguém que represente o Dr. Ulysses, eu teria que levar 20 pessoas, eu teria que levar o Arraes e outros. Ulysses era o símbolo vivo da imagem, da história, da biografia do MDB.

Lamentavelmente, não houve aquilo. Eu defendia o nome do Dr. Ulysses para Presidente do Partido e eu achava que o candidato a Presidente da República, naquela época, era o Quércia. Parecia-me natural a candidatura do Quércia. Infelizmente, aconteceu diferente.

Daquela vez, lembro-me da profunda mágoa do Dr. Ulysses quando saiu do Partido praticamente à sua revelia, porque

ele gostaria de ficar, fazia questão de ficar. Creio que o Partido se equivocou, e isso está provado hoje. Mas, afinal, se o Quêrcia é tudo aquilo que dizem, por que pararam de falar quando ele saiu?

O Dr. Ulysses, quando saiu da Presidência do Partido, até para ocupar um espaço da sua vida também, passou a ser líder da causa do parlamentarismo. E ali ele não era ninguém, não era Presidente. No entanto, segundo o próprio Dr. Ulysses me disse, nunca tinha sido tantas vezes motivo de manchetes tão favoráveis quando era Presidente do Partido.

Há uma espécie de antipatia por parte de setores da grande imprensa com relação ao MDB, de um modo especial com relação ao Presidente do MDB. Se assim fizeram com o Ulysses Guimarães, vão fazer mais ainda com Quêrcia.

Não deixa de ser uma questão digna de análise o que aconteceu. No dia seguinte ao que o Dr. Quêrcia deixou a presidência do MDB, ele pôde ler tranquilamente a *Folha*, o *Estado*, a *Veja*, porque as coisas mudaram. Isso prova que era justo e normal que ficasse o Dr. Ulysses, naquele momento, na Presidência do Partido. Lamentavelmente, não foi o que aconteceu. Assumiu o Quêrcia.

Na minha opinião, houve uma imensa injustiça. Isso nós temos de dizer, temos de esclarecer, é um dos pontos que temos de ter coragem de enfrentar. A imprensa não pode ter matéria na gaveta para usar quando necessário. Isso não existe. Ou possui a matéria e tem que denunciar, ou não a possui e não denuncia. Não pode tirar um pedacinho dela da gaveta e depois colocá-la de volta. Isso me parece absolutamente irreal.

Temos, por obrigação, que ter as coisas esclarecidas. Isso não tenho nenhuma dúvida. Não adianta querermos tapar o sol. No *impeachment*, o povo veio para as ruas; quando houve denúncias, o povo trouxe para as ruas; no afastamento de Fernando Collor, o povo cobrou. O povo olha, analisa e fiscaliza!

Outro dia, eu dizia a um grande proprietário de uma das maiores editoras do País que o problema é que a imprensa tem a obrigação de fazer a seleção. Se ela sabe que isso aqui é corrupção, é vigarice, está provado, então publica no jornal. Se, em relação a outro assunto, ela ainda está levantando, não pode dar um tratamento igual ao dado ao primeiro caso. Se, no primeiro caso, não há do que duvidar, se é certo como um e um são dois, merece um tipo de manchete; no segundo caso, que se trata de uma hipótese, em que há uma interrogação, uma dúvida, não se pode colocar a mesma manchete, porque, depois, se botou não volta atrás. Isso é um absurdo!

Dizia a esse proprietário de editora que isso faz com que o corrupto saia ganhando. Isso porque a imprensa publica manchetes e mais manchetes sobre atos de roubalheira e de vigarice a respeito de A, de B e de C. Isso é verdade a respeito de A, é mais ou menos a respeito de B e é mentira a respeito de C. E não se apura nada. A imprensa fica com uma análise da impunidade. Isso não adianta nada.

Por que vou ser sério, por que vou ser honesto, correto e digno se para o outro, que não é nada disso, as coisas ficam do mesmo jeito?

Com relação a esse setor, acho que o partido deve avançar mais e tem condições de fazê-lo. Por exemplo, realizar reuniões entre os presidentes de partido, diálogos entre presidentes de partido com a finalidade de se buscar o entendimento. Parece-me que isso é absolutamente necessário.

Veio o *impeachment*. A propósito desse assunto, lembrem-se V. Ex^{as} de que o Senado forçou a questão um pouco mais do que a Câmara, porque esta última achava, com razão, que isso podia não dar em nada e era um processo muito desgastante. Nós avançamos mais no Senado e depois chegamos a um entendimento, e saiu a CPI. Desta tribuna, eu levantava muitas vezes aquelas questões a respeito da denúncia feita ao então Presidente da República.

A maioria das reuniões dessa CPI — e está aqui o nosso querido Relator, Amir Lando — era feita no meu gabinete. Não aceitei ali a Relatoria por várias razões. Até porque, com toda a sinceridade, disse não ser esse o meu estilo. Não sei acusar, buscar as coisas. Sinto-me mal nessa posição. E fiz bem, porque o Senador Amir Lando teve um brilho e uma competência que jamais teria tido.

O Sr. Amir Lando — Não apoiado!

O SR. PEDRO SIMON - Lembro-me de que o Dr. Ulysses, por exemplo, era contrário à CPI. Achava que aquilo não ia dar em nada. Entretanto, em reunião feita em meu gabinete, com a presença do Senador Amir Lando e outras pessoas, foram mostrados a ele dados e números, que provocaram uma mudança em sua opinião.

Apesar de terem sido coordenadas em meu gabinete aquelas reuniões sobre a CPI e de, posteriormente, ter assumido a Presidência da República o Senhor Itamar Franco, nunca passou pela minha cabeça aceitar qualquer cargo ministerial. Por quê? Porque, eticamente, não ficaria bem aceitar qualquer cargo.

A imprensa e a televisão divulgavam fotografias e mais fotografias minhas e diziam ser o meu gabinete o quartel-general do grupo que fazia oposição. E se, de repente, eu saísse como Ministro do Governo Itamar Franco...

Defendi o PMDB, achava que era importante a participação do Partido. Houve até um fato publicado pela imprensa, dizendo ter havido uma desavença entre o Dr. Ulysses e eu, fato que foi desmentido numa célebre reunião, em que nós — o Dr. Ulysses e eu — nos abraçamos para demonstrar que tudo o que foi dito era inverdade. Graças a Deus, tudo foi esclarecido, porque aquele foi o último contato que tivemos, um dos últimos abraços. É que defendia a participação do PMDB, mas não me parecia importante o número de Ministérios que este Partido receberia. Para mim, quanto menos Ministérios, melhor. Achava que tínhamos que participar porque o momento político era muito grave e tínhamos que buscar — e era o que eu buscava — uma grande integração.

Entendia que nunca, na História do Brasil, tínhamos tido uma ocasião como aquela, e, muitas vezes, disse isso ao Dr. Itamar Franco. O Dr. Itamar Franco não tinha compromissos com os esquemas de campanha, com os PC da vida, com os grupos financeiros, com os grupos econômicos, com os grupos partidários. O Dr. Itamar, como Vice-Presidente, não teve nenhum envolvimento "à la Café Filho" para derrubar o Sr. Fernando Collor de Mello. Ao contrário, nós sabemos da neutralidade e da timidez com que ele agiu durante todo o processo.

Por isso, achava que o momento do grande entendimento, do chamado Pacto de Moncloa, ou do que fosse, era aquele ali e os partidos políticos deviam participar. As entidades tipo OAB, CNBB, que participaram do movimento da ética, deviam ser chamadas para o grande entendimento, para um programa de ação unitário.

Não votaríamos a reforma agrária, porque, sobre isso, o PC do B pensava diferente do PFL, mas votaríamos o problema da fome, da inflação, uma série enorme de problemas que poderiam ser identificados como uma plataforma de salvação nacional.

Infelizmente, não saiu; mas essa era a nossa posição. Quem está aqui se lembra, inclusive, que o Dr. Ulysses Guimarães pensava diferente. Ele achava que deveríamos ter uma participação no Ministério à altura do nosso Partido. Eu sempre disse a ele que se confundia, pois não era mais época do Tancredo Neves. O Tancredo era um Governo nosso; esse não era um Governo nosso, era um Governo de que fíamos participar.

Depois disso, o Presidente convidou-me para ser Líder do Governo, e, pelas mesmas razões por que não aceitei ser Ministro, também não aceitei ser Líder do Governo. O Senador Humberto Lucena — hoje, Presidente do Congresso, e, à época, Líder do PMDB — e o Dr. Ulysses Guimarães foram ao meu gabinete e lá insistiram que era importante que eu aceitasse a Liderança do Governo. Mesmo assim, preocupei-me com o que a Bancada do PMDB — e os Senadores do PMDB devem se lembrar — achava disso. E a Bancada convocou-me para uma reunião, onde me foi dito que era importante que, naquele momento, eu aceitasse a participação como Líder do Governo. E eu aceitei, embora tivesse problemas como os que tive, de nomeação, por exemplo.

Mas acho que, pelo menos, eu não faria melhor do que fez o Senador Humberto Lucena quando foi Líder e, agora, o Senador Mauro Benevides, que é o coordenador, no que diz respeito ao PMDB.

Hoje, sou menos o Líder do Governo e mais a busca do entendimento. Os meus Senadores hão de me fazer justiça, pois nunca saí por aí a pedir votos para este ou aquele projeto. Entendo que esses projetos são frutos do grande entendimento das reuniões das lideranças, onde quem coordena o PMDB é o Senador Mauro Benevides, e as decisões são consenso dos debates entre os vários partidos. Nesse sentido, a minha participação tem sido, eu diria, quase insignificante, a não ser fruto da amizade que temos.

Estas questões fazem com que eu diga algumas coisas com relação ao dia de hoje. Por que apresentei meu nome como candidato a Presidente do PMDB? Em primeiro lugar, quem me sugeriu isto foi o Senador Mauro Benevides, foi o Senador Humberto Lucena, foram algumas pessoas.

Entendo que o Presidente do Partido deveria ser alguém que não fosse candidato a qualquer cargo; entendo que isto é importante, pois vai ser uma eleição casada para Deputado Estadual, Deputado Federal, dois terços do Senado, Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador.

Não sou candidato a Governador do Rio Grande do Sul, e convém que se diga, pois pode parecer que eu esteja pensando nisto. Não sou candidato ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul por várias razões. Uma delas é porque não quero. Penso que se deva dar chance a novas pessoas. Já fui Ministro do Rio Grande do Sul, Governador do Rio Grande do Sul e sou Senador daquele Estado. O Rio Grande do Sul tem uma equipe fantástica de pessoas e não há por que ser o candidato a Governador.

Se V. Ex^{as} perguntarem ao Deputado Mendes Ribeiro, que é candidato, S. Ex^a dirá que foi várias vezes ao meu gabinete, dizendo-me que se eu fosse candidato, ele não o seria. O Ministro Antônio Britto poderá dizer a V. Ex^{as} a

mesma coisa. Mas entendo que tanto o Britto quanto o Mendes são ótimos candidatos.

Se eu estivesse procurando alguma posição, estaria tranquilo, pois o próprio PDT, na busca do entendimento com o PMDB, o próprio Governador Alceu Collares, reiterou o apoio à minha candidatura a Governador. Não estou buscando posição, porque acho que se estivesse procurando, já a teria; não é esta a questão. Penso que seja o caso de analisarmos essa posição.

É importante um cidadão que não seja candidato, mas não é o caso de só não ser candidato. Neste momento que vivemos, é muito importante que seja alguém integrado ao conjunto da vida partidária e que não esteja identificado nem a favor e nem contra quem quer que seja. O PMDB está vivendo um momento tão difícil e tão dramático, de tanta responsabilidade, que isso é fundamental.

Há quem pense que não deve presidir o Partido o fulano porque representa o grupo da Bancada dos Deputados, que é um grupo importante, como, por exemplo, o Genebaldo Correia, que é um Líder importante, que tem um grande peso, alguém identificado com esse grupo que vem ganhando as eleições de Liderança de Mesa na Câmara dos Deputados. Acredito que isso é importante. É um grupo que tem peso, que tem representatividade, mas não me parece que seja o melhor.

Há quem pense que se deve colocar alguém que represente a força de Orestes Quércia, porque ele é importante. A meu ver, é correto, mas não me parece que seja o melhor.

Pensam ainda: "Não! Vamos colocar alguém do Rio Grande do Sul, porque o Rio Grande do Sul..." Isso me parece até ridículo!

Se conseguirmos encontrar uma média de representação do conjunto de todos nós, parece-me que é a grande saída, parece-me que o momento é para isso.

Por isso, em primeiro lugar, nunca me lancei como candidato à Presidência. Fiquei profundamente magoado com o jornalista Moreno, meu amigo, porque, embora ele tenha dito a verdade — tudo que escreveu eu tinha conversado com ele —, já tinha conversado com os jornalistas, e saíram três linhas no jornal. Em resumo, escreveram que Pedro Simon disse que, se entenderem que o nome dele serve, ele está à disposição. Só que, de repente, o Moreno coloca na terceira página de *O Globo*, com manchete e tudo, como que se fosse um lançamento de candidatura; e, por mais que eu dissesse, que repetisse que não existia aquilo, não adiantava, porque colocaram no jornal. Veio, então, o meu amigo Luiz Henrique e apresentou a sua candidatura. Começaram a aparecer, então, Pedro Simon e Luiz Henrique.

Faço questão de dizer, a todas as pessoas que me procuraram, sempre respondi que, se o Partido entender que o meu nome ajuda nessa composição, o meu nome está à disposição. Não sou candidato à Presidência da República. Alguém pode olhar-me com ar meio irônico: "Mas é claro que não é..." Sim, posso não ser, mas se eu pegar a Presidência do Partido, a vaidade pode me pegar. Ou não é verdade isso? Quer dizer, fala o Presidente do PMDB... Não, a vaidade não vai me pegar, nem para Presidente, nem para Vice-Presidente.

Tenho dito isso a várias pessoas. Vamos dizer que o Sr. Quércia se recupere, prova o que foi isso daí. O Quércia é um candidato à Presidência. O Fleury é o candidato natural. Quero dizer que isso que passou e está aí, acho que o PMDB... Tenho que falar sobre isso daqui a pouco.

Estamos vivendo uma hora muito importante, mostrando a diferença entre a hora que estamos vivendo e a época do Sarney. Aquela época fomos incompetentes. Volto a esse assunto daqui a pouco. Os senhores me desculpem, mas sou meio atrelado...

Se for o Fleury, será um grande candidato porque é Governador de São Paulo.

Eu dizia outro dia ao Ibsen, no meu gabinete: "Ibsen, se, de repente, você pleitear a presidência dessa revisão — não tenho nenhuma dúvida de que é um cargo da maior importância — e der tudo certo, você é um grande nome". O Britto, daqui a pouco, se continuar nesse progresso, será um candidato.

Quero dizer o seguinte: não tenho nome, e não se deve fazer nem o grupinho de A, nem o grupinho de B. Temos que chamar as lideranças do conjunto da vida partidária para que não aconteça o que aconteceu da outra vez: pagamos um preço caro por não ter feito isso. Desta vez temos que fazer.

O Dr. Tancredo foi Presidente da República? Foi. No Colégio Eleitoral? Foi. Mas foi tomada uma postura. O nosso candidato era o Dr. Ulysses, mas, quando fomos ver, era o Tancredo e tivemos que aceitar, não tivemos que discutir. O Dr. Ulysses foi candidato na vez que era dele? Quando era para ser, não foi; quando não era para ser, foi. Por quê? Porque não nos organizamos. Essa organização, esse esquema me parece importante.

Procurei o meu amigo José Fogaça e disse-lhe que, se quisesse ficar, que o fizesse, não havia problema algum. E digo, agora, de público, o mesmo. Parece que, na análise que fazemos, o Sr. José Fogaça é um brilhante candidato ao Senado e, para se candidatar ao Senado, vai ter que fazer a sua campanha. S. Exª poderá ser o Presidente do Partido, mas S. Exª sabe que terá que sacrificar a sua campanha ao Senado, porque ninguém pode ser um bom Presidente do Partido e um bom candidato ao Senado: tem que sacrificar uma coisa para fazer a outra.

Cito o meu amigo José Fogaça porque conversei com S. Exª antes de falar no seu nome. Mas não saiu a procurar? Não, não saiu a procurar. Então, por isso, Luiz Henrique já ganhou. Meus cumprimentos. Se o preço for sair a procurar, prefiro não sair, porque, volto a repetir, há momento para tudo. E não me parece que o momento, agora, seja o de sair a procurar e ter apoio e ter maioria.

Disseram-me: "Vá ao Íris". Não vou ao Íris. "Vá ao Fleury". Não vou ao Fleury. "Vá ao Jader". Não vou. "Então, não vai ganhar". Não tem importância.

Apenas — e por isso estou fazendo este pronunciamento — quero que fique claro para especificar o que considero importante. Há muitos jovens aqui, mas há algumas pessoas de idade. Durante oito anos, estive na coordenação do PMDB nacional. Quando assumi, havia o MDB dos autênticos e o MDB dos moderados. Eu representava os autênticos, Dr. Ulysses estava na ala dos moderados. Lá, no início, lembro-me daquelas reuniões históricas, inclusive quando eu era Deputado Estadual — e para todas as reuniões nacionais, por causa do MDB do Rio Grande do Sul, eu era convocado —; lembro-me daquela reunião histórica, fantástica, quando cassaram o Rosset e o Amaury Müller; depois, resolveram que cada dia ia um para a tribuna, e foi o Lysâneas Maciel. Naquela reunião, de madrugada, quando o Diretório tirou o manifesto, do outro lado, os autênticos ficaram reunidos, madrugada

adentro, com um manifesto radical, rígido, violento. "Não é disso que precisamos para a hora que estamos vivendo".

Tiraram-me, então, da cama de madrugada e levaram-me, dizendo que não aceitavam o manifesto e explicaram os motivos. E continuaram: "Agora, ou se consegue que se mude isso, ou vamos organizar este aqui". Saí às 4h30min da madrugada, fui tirar o Dr. Tancredo da cama, porque era quem tinha feito o manifesto. Eu lhe disse: "Olha, Dr. Tancredo, os autênticos estão reunidos e dizem que esse manifesto do senhor eles não aceitam, eles estão com este aqui". O Dr. Tancredo, quando leu o manifesto dos autênticos, ficou branco. Eu lhe disse que, se ele tirasse certas expressões, os autênticos concordariam com o manifesto. Então, Dr. Tancredo Neves me disse que não podia acrescentar nada, mas podia retirar a vontade. Foi o que aconteceu: tiramos o que julgamos necessário.

Na verdade, havia o chamado grupo de autênticos e o resto do Partido. Entrei na Secretaria-Geral, indicado por esse pessoal, para fazer o confronto. Em vez disso, procurei dialogar com o Dr. Ulysses e com os outros membros da Comissão Executiva. O Senador Mauro Benevides deve-se lembrar de que, naquela época, o Partido se reunia quando havia atritos. Eu insistia com o Dr. Ulysses que devíamos nos reunir, e ele, oriundo do velho PSD, perguntava por quê. Eu ponderava que devíamos nos reunir exatamente quando não havia nenhum motivo, para não fazer nada, mas simplesmente para reunir. Argumentava que não devíamos esperar que os problemas se acumulassem, que a crise aparecesse para depois nos reunir.

Então, criamos o hábito de nos reunir. Eu me lembro — o Senador Pedro Calmon e outros que estão aqui devem lembrar também — que eram Ulysses Guimarães, Dr. Tancredo Neves, Miguel Arraes, Teotônio Vilela, Franco Montoro e o Pedro Simon. Na hora das brigas, íamos apaziguar. Tancredo Neves e Ulysses Guimarães representavam duas áreas. Teotônio Vilela, de mal com a humanidade, até mesmo em virtude da doença que o acometera, queria fazer tudo com a maior rapidez, porque o Partido não podia esperar. Miguel Arraes, que tinha voltado do exílio, achava que tinha direito a uma posição de maior credibilidade, que o Partido nunca tinha lhe dado. O Montoro, com aquelas suas idéias de democracia, conseguimos avançar e fazer com que o partido tivesse isso. Criamos a Fundação Pedrosa Horta, fizemos a organização de uma vida que fosse permanente e constante; e, graças a Deus, progredimos.

Portanto, acho que este momento não é hora nem de a, nem de b, nem de c; a hora é de um grande entendimento, porque sabemos que a candidatura do Lula já foi lançada, a candidatura do Maluf ou de alguém que o represente também está sendo lançada, da mesma forma a candidatura populista do Brizola. Temos que fazer uma coordenação com responsabilidade, sem estarmos atrelados a nada. Uma independência necessária parece-me importante. Pode ser vaidade, mas me ofereci para fazer isso. Não sou contra o Genebaldo, nem contra os Deputados, nem contra o Dr. Ibsen, nem contra o Quércia, nem a favor dos gaúchos; apenas apresento essa proposta. E faço um apelo para nos reunirmos: o Pedro, o Henrique, o Fogaça, o Tarcísio, o Genebaldo e outros. Temos a obrigação de buscar esse entendimento e essa fórmula. Perdoem-me, mas acho uma insensibilidade tratarmos da sucessão do PMDB hoje como se fosse uma sucessão de rotina. A hora é de lançarmos um projeto nacional, de marcarmos a nossa presença para correspondermos às expectativas popula-

res. Nossas velhas bandeiras — a anistia, as eleições diretas, a Constituinte — são coisas do passado. Temos que buscar novas bandeiras que representem o amanhã da sociedade; temos que ter coragem de enfrentar a realidade desse novo amanhã. E isso não vai ser feito apenas nos gabinetes, isso não vai acontecer apenas com reuniões de parlamentares e governadores. Temos que ter competência para fazer esses caminhos nas várias camadas da sociedade.

Não temos nem candidato natural. O Quércia, reconhecamos, pode até ser candidato amanhã. Houve um determinado momento em que ele era uma opção nacional, era uma espécie de Juscelino 84, porque representava o desenvolvimento com o Sol Nascente. Mas hoje, no nosso partido, candidato natural é o Lula; candidato natural é o Brizola e, talvez, o Maluf. Vamos ter que procurar um candidato. E se não vamos ter uma bandeira isolada do mesmo, temos de tê-la em conjunto; isso é o PMDB! A diferença do nosso partido para os outros é que o PMDB é um partido de quadros e, no caso, precisa ter competência para administrá-los, e não para um engolir os outros. O PDT tem suas vantagens: o Brizola falou, está falado!

No caso do PT, embora o Lula não fale, já há um consenso em torno do seu nome. A diferença entre este e o Brizola é que o Brizola lê, e o pessoal bate palma. No caso do Lula, as pessoas lhe entregam o que ele tem que ler, mas ninguém quer tirar o seu lugar de leitor.

O PMDB é diferente: queremos discutir as idéias, os princípios e as realizações. Penso que é esse o trabalho que deve ser feito, essa é a nossa competência, essa é a responsabilidade que temos que ter. Quando apresentei a idéia, eu tinha esse objetivo, o de um trabalho conjunto, porque se reconhece um homem pelo seu passado. Se há algo que dizem no Rio Grande do Sul em relação a mim é que nunca tive grupo. Tenho meus amigos e o respeito deles, mas, no PMDB do Rio Grande do Sul, quem tem valor subiu de posição independentemente do Pedro Simon. Ninguém conseguiu nada com o meu auxílio. Quando fui Governador, alguns até estranharam, porque os Parlamentares que mais faziam críticas ao Pedro Simon ocuparam os cargos mais importantes; isso ocorreu porque eles eram notáveis. Tenho alguns princípios. Há um presidente de partido que diz que não posso ser presidente do PMDB porque sou ético demais! E para o cargo tem que ser alguém bom, mas não tão ético. Então, não serei, porque, a essa altura, não vou mudar minha conduta política. Tenho 63 anos e, até hoje, nunca nomeei um parente ou um cupincha; nem como Governador, nem como Deputado estadual, nem como Senador, nem como Ministro da Agricultura. Não é o meu estilo. Quando Deputado de Oposição, eu era importante, modéstia à parte, porque o PMDB tinha 33 Deputados, e o Governo, 22. Portanto, eles tinham que “comer nas nossas mãos”. As votações decidiam aquilo que queríamos, e nunca fiz nenhum tipo de negociação. O que era bom para o Rio Grande do Sul era bom para nós, e o que era ruim, da mesma forma.

O PMDB agora vai decidir se fica ou não no Governo. Uma coisa posso dizer a V. Ex^a: ligado ao Pedro Simon, não sai ninguém, porque não nomeei ninguém a nenhum cargo. Não tenho nem gabinete de líder — trabalho no meu gabinete — e nem oito pessoas a quem o líder tem o direito de designar. Estou trabalhando com os membros do meu gabinete, o que é igual para todos.

Fui ministro, e não fui morar em mansão, nunca andei em jatinhos. Fui Governador e não fui morar em palácio,

continuei a morar na minha casa. Tenho, hoje, um patrimônio menor do que quando comecei na política. Eu sou assim, esse é o meu estilo. Não viajo ao exterior, as viagens que fiz foram às minhas custas. Mesmo viagens de representação, na Argentina, no Uruguai, que considero normais, eu não as faço. Não critico fulano ou beltrano por agir de forma diferente; não cobro, acho horrível a cobrança. Brigar com a dignidade das pessoas não é a minha bandeira. Fui candidato várias vezes e nunca mexi com a dignidade de ninguém, nem com a do Dr. Collor. Naquela época, por exemplo, fui uma das pessoas que esperou até o último momento para tomar uma decisão. E disse que só o faria depois de ouvir o seu advogado de defesa, porque, até a última hora, poderia aparecer um fato novo.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Pedro Simon, a esta altura do seu magistral pronunciamento, entendemos de interrompê-lo com o nosso aparte. E faço-o neste instante como líder de sua bancada, para exaltar aquele companheiro de todas as horas, digno, ético, coerente, com inestimáveis serviços prestados à vida pública brasileira e ao nosso País. Na retrospectiva que V. Ex^a fez de todos esses fatos, para identificá-lo como um homem que sempre esteve defendendo as grandes causas do povo brasileiro, mesmo naqueles ominosos instantes da anormalidade político-institucional, teve sempre a coragem, teve sempre a bravura de ocupar as tribunas, os espaços disponíveis ao nosso partido e aos democratas de então para reivindicar aquilo que era anseio de todos os brasileiros: o fim da anormalidade institucional e o reencontro do País com o estado de direito democrático. Fui companheiro de V. Ex^a durante vários anos na Comissão Executiva Nacional, então presidida pelo extraordinário homem público Ulysses Guimarães, que V. Ex^a relembrou nesse instante com palavras repassadas de emoção; palavras que nos permitiram exatamente recordar aquele homem austero, aquele homem de convicções arraigadas, aquele homem impetuoso nos momentos em que a coragem cívica era indispensável para estimular anseios à luta, enfim, acompanhamos toda a sua trajetória. E aqui, no Senado Federal, V. Ex^a tem pontificado, em todos os momentos, o grande tribuno, o homem público excepcional que agora coloca o seu nome à disposição do PMDB na disputa pela Presidência do comando nacional da nossa agremiação, numa disputa que V. Ex^a faz questão de destacar que, pelo momento delicado, vivenciado pelo PMDB, não pode ser considerado realmente como uma sucessão de rotina no nosso partido. V. Ex^a sabe — e a opinião pública brasileira também — que o PMDB, até o próximo dia 12, dia da Convenção Nacional, quando ocorrerá o pleito para a eleição do Diretório Nacional e da sua Executiva, que até lá teremos de enfrentar alguns percalços, alguns obstáculos, para chegarmos àquilo que é desejo de todos nós: o Partido permanecer unido, coeso, harmônico e iniciar, logo mais em 1994, a grande campanha eleitoral para eleger um companheiro à Presidência da República. Desde os primeiros instantes, sobretudo quando os nomes do Presidente Humberto Lucena e o meu foram generosamente mencionados para disputar a Presidência do Partido, fizemos questão — o Presidente Humberto Lucena, pelos encargos da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional, e eu próprio, para tentar corresponder à missão difícil e honrosa de liderar a nossa Bancada no Senado — de declinar daquelas sugestões, daquelas insinuações, daque-

las especulações para que pudéssemos exatamente abrir a V. Exª a oportunidade de — pleitear talvez não seja o termo adequado depois das colocações de V. Exª, agora reiteradas com muita clareza — colocar seu nome à disposição dos convencionais do PMDB. Nesse quadro que se delineia, regozijamo-nos por saber que outro nome que nessa reta final desponta como aspirante à Presidência no nosso Partido é o de um homem honrado, com serviços prestados ao PMDB: Deputado Luiz Henrique, que oferece a todos nós, na manhã de hoje, uma demonstração inequívoca do seu espírito democrático, vindo especialmente ao plenário do Senado Federal para acompanhar essa manifestação de tribuna de V. Exª Desejo, portanto, em nome dos seus companheiros da Bancada do Senado Federal, dizer-lhe que estamos acompanhando **pari passu** as articulações da sucessão do partido. Estamos todos, seus companheiros, absolutamente corretos de que, ao final do episódio, qualquer que seja o resultado, despontará sempre a dignidade, o aspecto ético, a seriedade, o espírito partidário de Pedro Simon, aquele homem que o Rio Grande do Sul mandou para o Senado Federal, a fim de que pudesse servir àquele Estado e ao País. Estamos, neste instante, dispostos a estimulá-lo nessa porfia, absolutamente certos de que em todos os lances — até o dia 12 e pós-convenção V. Exª haverá sempre de portar-se com essa mesma austeridade, com essa mesma correção, com essa mesma dignidade que o fizeram um dos homens mais respeitáveis da vida pública deste País.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço o pronunciamento do meu prezado líder, que traz uma palavra de conforto e carinho. Ao mesmo tempo, V. Exª salienta a presença, no plenário, do Deputado Luiz Henrique, que atende a um convite pessoal que lhe fiz. Agradeço muito a vinda de S. Exª, assim como o faço em relação à presença do presidente do nosso partido, Senador José Fogaça; do Líder da nossa bancada na Câmara dos Deputados, Deputado Genébaldo Correia, que, numa manhã de sexta-feira, se dispuseram a vir a esta Casa.

Sei que este não é o dia apropriado. Eu falaria na terça-feira. Ocorre que na terça-feira — se penso em ser presidente de partido, devo saber que o Presidente Itamar Franco não é meu melhor aliado... — houve a escolha do Henrique Santillo, que criou problema com Íris Rezende; houve a escolha do Ministro Rubens Ricupero, que criou problema com os Governadores do Pará e Amazonas; houve também dificuldades com o escolhido para o BNDES, Delben Leite, que acabou gerando problemas para o nosso querido Governador Fleury. Portanto, como não pude falar na terça-feira, eu o faria ontem. Ocorre que ontem, durante o dia inteiro, houve reunião da bancada. Na terça-feira que vem, dia 7 de setembro, é feriado, e na quarta-feira — parece-me — o Senador Mauro Benevides já marcou a reunião da Bancada. Só me restou o dia de hoje.

Foi levantado um assunto, pelo meu líder, que considero da maior importância: qual e como deve ser o comportamento do PMDB. Desculpem, fiz uma série de anotações, mas falo quase ao sabor do improvisado, meio desataviadamente.

Referia-me ao Presidente Sarney. Dizia que fui um dos que coordenou a Aliança Democrática. É verdade. Mas nós, do PMDB do Rio Grande do Sul, à época, fomos contrários à candidatura do José Sarney à Vice-Presidência. Está aqui o ilustre Líder, Senador Marco Maciel, um dos nomes apontados para o cargo. O PMDB do Rio Grande do Sul não tinha nada de pessoal contra Sarney. A imprensa volta e meia

refere-se àquela célebre reunião, realizada em meu apartamento. Lá estavam Dr. Tancredo, Dr. Ulysses, Dr. Aureliano Chaves e eu. O Marco Maciel também estava presente. Naquela oportunidade, S. Exªs estavam em minha casa, conversando, num domingo. Cheguei tarde da convenção do PMDB de Porto Alegre. Perguntaram-me como foi a convenção do Rio Grande do Sul, e eu lhes respondi que a mesma tinha sido boa. Para nós, do PMDB do Rio Grande do Sul, a situação era muito complicada. Conseguimos: primeiro, que o PMDB fosse ao Colégio Eleitoral, porque havia uma resistência enorme, uma luta contra isso. Não pedi, não houve discurso de nenhum líder do PMDB a respeito, mas as bases entenderam o que significava ir ao Colégio Eleitoral e decidiram que se deveria ir ao Colégio para destruí-lo; segundo, entender que, embora o candidato do PMDB do Rio Grande do Sul, por unanimidade, fosse o Dr. Ulysses, seria melhor que ele cedesse o lugar ao Dr. Tancredo, pois este contava com o apoio de governadores dissidentes do PDS, o apoio de Parlamentares do PDS, de senadores e deputados. Isso porque S. Exª sempre teve uma vida menos polêmica do que a do Dr. Ulysses, que era o presidente do partido, era o “Senhor Diretas”, o homem dos desafios. O Dr. Tancredo sempre teve uma posição mais reservada na sua maneira de proceder; terceiro, reconhecer que, embora o candidato natural fosse o Dr. Ulysses, não poderia ser ele, porque já era Presidente do MDB. Concordamos em que o candidato fosse o Dr. Tancredo. O PMDB do Rio Grande do Sul também se posicionou contra o nome do Sarney, que era Presidente do PDS, sugerindo Marco Maciel ou Nelson Marchezan. Foi só isso que aconteceu. Não houve nenhuma ofensa, como a imprensa publicou, ao Sarney. Absolutamente, nada. Foi isso. Mas, na verdade, posicionei-me contra o nome de Sarney, porque esse era o Grande do Sul.

Foi constituído o Ministério, do qual eu não queria participar, mas o PMDB do Rio Grande do Sul exigiu a minha participação, que, afinal, aconteceu. Quando morreu o Dr. Tancredo, participamos de uma reunião — Marco Maciel, que era Ministro, também participou — na qual ficou decidido que entregaríamos o cargo ao Dr. Sarney, por acharmos que ele deveria constituir um Ministério próprio. Além de termos todos colocado os cargos à disposição, fiz questão de entregar a ele, pessoalmente, a minha carta de demissão. E se não saiu a mudança no Ministério, foi porque se argumentava que o grande herói, o grande homem, era o Dr. Tancredo Neves; e que o Dr. Sarney tinha herdado uma bomba que não havia pedido.

Há de se ressaltar que, ao contrário do que as biografias e registros da História publicam recentemente, estávamos ali — no quarto ao lado, o Dr. Tancredo Neves estava sendo examinado; havia expectativa em torno do seu estado de saúde, da sua posse — reunidos: Marco Maciel, Dr. Ulysses, o Sarney, o Aureliano Chaves, o General Leônidas Pires Gonçalves e o Presidente do Senado, Senador José Fragelli. De repente, chegou o sobrinho dele, o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e nos comunicou que ele seria operado imediatamente, pois não dava tempo nem de ir para São Paulo. Ficamos lá direto.

Imediatamente, o Dr. Ulysses Guimarães decidiu que o Vice-Presidente José Sarney assumiria. O José Sarney, por sua vez, dizia que o Dr. Ulysses Guimarães é quem deveria assumir. Com o impasse, um olhou para o outro e decidiu-se que era o Vice-Presidente quem deveria assumir. Naquele momento, se dependesse do José Sarney, assumiria o Dr.

Ulysses Guimarães. Se dependesse do Dr. Ulysses Guimarães, assumiria o José Sarney. Ao saírem dali, o Senador José Fragelli e o General Leônidas Pires Gonçalves foram falar com o Chefe da Casa Civil, Dr. João Leitão de Abreu, pois ele defendia e insistia que quem deveria assumir era o Dr. Ulysses Guimarães, e não o José Sarney. Juridicamente, se o Presidente não assumiu, como é que o Vice-Presidente assumiria?

Todos sabiam que se fosse o Dr. Ulysses Guimarães, o Presidente, General João Baptista Figueiredo, daria posse, e se fosse o José Sarney ele não daria posse. Aconteceu até uma coisa fantástica. Segundo o médico do Dr. Tancredo Neves, ele insistia que não podia ser operado antes, que tinha que tomar posse e, depois da posse, fizessem dele o que bem entendessem. Tancredo Neves achava que se não tomasse posse, não dariam posse ao Dr. José Sarney. E ele tinha razão, só que não imaginavam que iríamos assumir tão fácil. Posse eles não deram. Saíram João Baptista Figueiredo e João Leitão de Abreu. Quando saímos daqui com José Sarney e fomos ao Palácio do Planalto não havia ninguém, nem um guarda. Tinham deixado absolutamente vazio; mas posse, não deram. Por isso entendíamos que era necessário ficar, e o partido também entendeu assim, para consolidar o Governo do Presidente Sarney.

Aqui está o Senador Marco Maciel, que deve lembrar-se que, desde o início, se não me engano S. Ex^a também, lutamos para antecipar o mais possível o término de nosso Ministério. Pela lei da época, se não me engano, renunciávamos em junho para ser candidato, e alteramos para 15 de fevereiro. E defendemos a tese de 15 de fevereiro — e tenho as manchetes de jornais que comprovam — que deveríamos largar no dia 31 de dezembro, para que no dia 1º de janeiro o Dr. Sarney já assumisse.

Momentos difíceis aqueles!

Lembro-me da responsabilidade que tínhamos. O Senador Marco Maciel deve se lembrar das vezes que alguns Ministros do MDB se reuniram e alguns do PFL — na época, Frente Liberal — para tentar buscar entendimento com o Sarney para que as coisas andassem.

Recordo-me, modestia à parte, do papel que desempenhei naquela oportunidade. Há um fato que conto várias vezes, porque é o símbolo da minha maneira de agir. É claro que a situação não era fácil: de uma lado, era o Presidente Sarney, um vice que foi aceito pelo MDB e que de repente era Presidente da República, e, de outro, o Dr. Ulysses Guimarães que havia aberto mão da sua candidatura à Presidência da República em favor do Dr. Tancredo Neves e que era presidente do maior partido, com todo o poder. Fazer esse diálogo, fazer esse entendimento foi difícil. Quero fazer justiça ao José Sarney e ao Dr. Ulysses Guimarães: se dependesse dos dois, nunca teria havido problema algum. Mas as intrigas de um lado, as fúrias de outro, e as charges — charge é uma coisa diabólica, tenho a convicção de que se se quer desmoralizar alguém, mais do que vinte horas de discurso, basta uma charge num jornal —, aquelas charges que apareciam colocando o Dr. Ulysses como o dono de tudo e o Sarney apenas como um boneco para executar aquelas questões; aquilo foi complicando cada vez mais.

Lembro-me do papel que desempenhei quando Ministro. Numa ocasião, tinha que despachar com o Presidente; era o último da manhã — depois fomos, às vezes, almoçar juntos ou ficávamos conversando — e o Sarney, que é fácil de percebermos quando está nervoso —, acredito que agora ele está em lua-de-mel com a vida, está feliz como um passarinho

— naquela época de Presidente, ficava com o pé batendo, em sinal de profunda irritação. Às vezes eu chegava e ele estava nos dias de maior irritação, com o **Jornal do Brasil** com uma enorme manchete de um bate-boca que a imprensa tinha forjado entre o Dr. Ulysses e ele. Quando terminou o despacho, e eu não dizia nada, ele me atirou o jornal, falando: “Olha o nosso Dr. Ulysses!”

Olhei aquilo e disse a ele que já estava a par, que o Dr. Ulysses havia me chamado ao seu gabinete e pediu para dizer que aquilo era uma barbaridade — metade era de coisas que o Sarney dizia do Ulysses e metade que o Ulysses dizia do Sarney —; é claro que a metade que o Ulysses dizia ele não estava lendo, ele só estava vendo a metade do Sarney; e era claro que o Sarney só estava vendo a metade dele, não estava vendo a outra. Então eu disse: — Olha, antes de vir aqui, estive com o Dr. Ulysses. Ele está fúto e disse que era uma barbaridade o que fizeram, e pediu para que lhe dissesse que quer marcar um encontro com o senhor para conversar, quer tomar o café da manhã, amanhã, com o senhor. — “Amanhã de manhã?” A perna do Sarney já começou a parar. Marcamos para as 8h.

Saí de lá e fui para o gabinete do Dr. Ulysses Guimarães. Ele estava uma fera! O jornal em sua frente e disse: “Este teu Presidente... O que ele está pensando?! É uma barbaridade!”

Quero dizer que estou vindo de lá. O Presidente está chateadíssimo com isso e pediu que, amanhã, às 8h, V. Ex^a fosse tomar o café em seu gabinete, no Palácio da Alvorada, para resolver essa questão. O Dr. Ulysses disse: “Ah! Então, está bem”.

No outro dia, é claro que o Presidente Sarney, na porta esperando, quando Ulysses entrou, Sua Excelência pensou: — Esse cara está me pedindo desculpas. E é claro que o Dr. Ulysses Guimarães, quando chegou e viu o Presidente na porta, esperando, pensou: Está me pedindo desculpas. Tomaram o café, não tocaram no assunto, e por mais um bom tempo as intrigas foram amenizadas. Esta, parece-me, é uma maneira de ser. Acredito que os companheiros que me conhecem, no MDB, sabem que esse é o meu estilo. Sou o homem da boa intriga; sou um homem que não consigo guardar mágoa, não consigo guardar ressentimento, ainda que me façam algo.

Não consegui guardar ressentimento da época da Revolução, da Ditadura, da violência, do arbitrio — não consegui! Não consigo me alimentar de mágoas, nem de ressentimentos.

Tenho um carinho enorme pelo Deputado Nelson Jobim. Sentei no plenário da Câmara, outro dia — eu não estava num dia muito bom, ele também não devia estar —, e, conversando, eu disse alguma coisa que ele não gostou, e eu também não gostei. Não consegui dormir. No outro dia, saí para localizar o Jobim; ele estava em São Paulo. Telefonei para São Paulo: — Olha, Jobim, quero lhe pedir desculpa. Ele respondeu: — Não, eu que tinha que pedir desculpa... — Não, eu que tenho que pedir desculpas — disse a ele. Sou assim. Meu estilo é assim. Pode ser errado? Pode ser. Pode ser equivocado? Pode ser. Mas me parece que esse tipo de análise é importante que seja feita. Por que penso que a época de hoje é diferente da de Sarney?

Entendo que o PMDB está vivendo um grande momento. Houve o que aconteceu com o nosso amigo Fleury e o Presidente? Houve. Digo com toda a sinceridade, digo aqui o que disse para o Presidente. Chegou lá o Stepanenko — ou ele ou eu; o Presidente poderia ter dito: — Calma, Stepa-

nenko, hoje é sexta-feira, semana que vem vão assumir o Ministro da Cultura, o Ministro da Saúde, o Ministro da Amazônia, o Ministro das Relações Exteriores, deixa para depois esse negócio. Eu faria isto. Se eu estivesse ali teria dito isto. Acontecendo o negócio, se sou Fleury, do outro lado, eu diria: Tudo bem, Presidente, deixa para ver depois. Mas aconteceu o problema. Penso que se é uma pessoa respeitável, que tem carinho, tem dignidade, no nosso Partido, é o Fleury. Ele tem se portado assim. Ele não é — e a gente sabe, muitas vezes já tinha analisado isso — ele não é o Quércia, nem o Genebaldo, que são políticos de 20, 30 anos, que têm muito mais malícia. Mas entendo que isso até é um lado positivo, numa hora que nem esta, é o homem que tenha a pureza de sentimento. Mas o que aconteceu hoje, diferente da época do Dr. Sarney? À época do Dr. Sarney, no fundo, o MDB não era nem Governo, nem Oposição.

Era o partido que mais tinha ministros no Governo e o que mais fazia oposição. Resultado: quem pagou o preço foi o Dr. Ulysses. E pagou um preço alto, porque não tínhamos uma linha de comportamento. O que vemos e sentimos hoje é que as coisas são absolutamente diferentes. Vão cobrar dos Ministros? Vão. Vão cobrar o quê? Sai ou não sai? Não. Os Ministros, inclusive o líder do Governo, disse que não. Quem decide é o partido. O Partido vai ficar integrado, e nós estamos aqui. Se o partido decidir sair, vamos sair. Então, não há mais aquela dúvida — o Luiz Henrique saiu, e Fulano ficou. Não! Ou sai ou fica, mas há um compromisso. Inclusive do Ministro da Educação, que, de certa forma, foi uma escolha pessoal do Presidente, mas que está se identificando mais, a cada dia que passa, com o partido, e que fez questão de assinar um documento dizendo isto: "Nós estamos aqui porque o partido determinou. Se o partido disser que devemos sair, nós saímos". E parece-me que esta é uma grande diferença daquela outra época. E tem mais: sinto que se o partido decidir sair, não significa que o partido vai decidir sair e entrar em guerra com o Governo. Se decidir sair, vai continuando a garantia — é o que diz o Sr. Luiz Antônio Fleury Filho: — Garantindo a garantia da governabilidade do Governo. Porque sabemos que isto é importante. O PMDB sabe. Às vezes, acusam o PMDB de não haver rompido definitivamente com o ex-Presidente José Sarney. Mas como poderia tê-lo feito, em oposição total àquele Governo, com o número de governadores, senadores e deputados que tinha?

Um grande partido tem vantagens e desvantagens. As desvantagens é que ele tem que medir o seu discurso. Nós não podemos fazer um discurso apenas telúrico, dizendo que as coisas são desta ou daquela maneira, e, mesmo sabendo que são assim, não decidindo nada. Não! É isto — vamos para o lado de cá. É aquilo — vamos para o lado de lá. A decisão do PMDB inclina a balança para um lado e para o outro. Isto envolve responsabilidade. Então, sinto que no PMDB, se houver decisão para sair, será uma decisão responsável. Em segundo lugar, não sai atirando pedras e fazendo a radicalização; sai compreendendo a importância e a responsabilidade de dar garantias ao Governo. E acho que ficará, e que esse incidente é até importante, buscando um aprimoramento de algo do partido com o Presidente da República. Penso que vai servir a experiência para que esse diálogo se aprofunde.

Notem que, desta vez, ao contrário da vez anterior, em que uns ficaram e outros saíram, há unanimidade. Também em relação aos ministros, se é para sair, sai, e se é para ficar, fica. Na outra vez, na época do Dr. José Sarney, havia

aquelas interrogações: convoca-se ou não o partido?, convoca-se ou não o diretório?, convoca-se ou não a convenção? Era aquela dúvida, porque tinham medo de como é que seria ou como deixaria de ser. E o partido ficou até o fim não convocando e não decidindo. Desta vez, não; está decidido.

Vamos fazer justiça ao Senador José Fogaça — e falando em S. Ex^a falo em todos os membros da Executiva, que tiveram competência. Vamos reunir a bancada do Senado e a bancada da Câmara, no dia 9. No dia 10, reúne-se o Conselho Político — instituição à qual não tenho a sorte de pertencer, porque nunca ocupei um cargo que me desse importância para pertencer a ela — que representa uma feliz idéia, pois é uma escala. O diretório é importante no dia, mas não tanto depois, porque nem sempre no diretório está uma representatividade; às vezes votamos no diretório "a", "b", "c" ou "d", por esse e por aquele motivo, e pode ser que daí a dois meses já não tenha representatividade. Porém, no Conselho Político, órgão que considero muito importante, estarão os presidentes dos Diretório Estaduais, os que já ocuparam a presidência da Câmara ou do Senado, quem é ou foi líder na Câmara ou no Senado, quem é Ministro ou Governador de Estado. O Conselho Político será um órgão permanente de consulta. A convenção deve ser convocada em épocas especiais, mas na hora de meditar, de refletir, de traçar o rumo do partido, é importante a existência de um órgão que represente o conjunto da vida partidária, para haver uma solução intermediária.

O partido decidiu e marcou a convenção. Alguns poderiam dizer que a matéria vai ficar no âmbito do Conselho Político, para fugir da convenção. Mas isso não ocorre. A reunião do órgão político será no dia 10 e a convenção será no dia 12. Qualquer um pode recorrer à convenção da decisão do órgão político. Então, o partido não fugiu de nada. Está encarando o problema com clareza, com realidade, e a decisão será tomada.

Entendo que, neste momento, o PMDB está adotando uma posição madura, responsável, muito competente, o que não foi feito naquela oportunidade. Por isso, Sr. Presidente, com todo carinho e com todo respeito, quero dizer: nossa missão é maior do que podemos imaginar.

Sou daqueles que lamentam a derrota do parlamentarismo. Acho que um trem passou e a nossa geração o perdeu, por incompetência nossa. Eu me julgo um dos grandes responsáveis por isso, porque a campanha parlamentarista na televisão foi grotesca, parece que foi feita para perder, o que fizemos foi uma dolorosa irreabilidade. Daqui para o futuro, não será fácil a missão dos partidos políticos. Vemos que a campanha para a eleição está se fazendo em nível pessoal: é o PDT do Brizola, é o PT do Lula, é o PPR do Maluf. Isso é ruim.

Vamos fazer uma reforma na Constituição que não sabemos bem como será. O Deputado Nelson Jobim apresenta o argumento de que a reforma tem que ser feita agora e não depois, porque se vencer o Lula para Presidente da República e o Congresso for conservador, podem cassar todos os poderes do Lula. Outro argumento que se apresenta é que, seja quem for eleito, há a possibilidade de o Congresso ser conservador e se colocar ao lado do Presidente, cassando todos os poderes do Congresso Nacional.

Na verdade, se analisarmos bem, as perspectivas que temos pela frente não são muito boas.

O que aconteceu no Rio de Janeiro é sina de que a guerrilha urbana já começou, é a guerra civil não declarada, e isso é responsabilidade de nossa. Essas coisas estão acontecendo e estão se repetindo. Daqui a pouco veremos uma Somália,

ou coisa que o valha. Há o problema da fome, da miséria, da injustiça.

Perdoem-me a sinceridade, mas digo que a responsabilidade é das elites brasileiras. O povo brasileiro é muito melhor do que as suas elites. A responsabilidade é nossa: da classe política, da classe empresarial, da classe editora, e até, de certa forma, das lideranças sindicais. Não nos damos conta dessa responsabilidade, desse trabalho, desse papel que temos pela frente. Digo com profunda sinceridade: isso deve ser feito, isso precisa ser feito e isso pode ser feito. Neste momento o PMDB pode desempenhar esse papel, interna e externamente.

Por que digo externamente? Perdoem-me, porque talvez o que eu diga irrite alguém. Vejo — e isso me machuca — tanta gente irmã nossa, irmã de idéias, de tradição, de biografia, disseminada pelo Brasil afora. PMDB tem condições de fazer a representação, de ser um dos caminhos, a nível de futuro. Esses 30 ou 40 partidos, sabemos que representam uma transição, pois havia um ridículo amontoado de partidos. Quando começaram a se firmar, em 1946, a ditadura os extinguiu. Terá que haver consolidação de partidos. Acho que o PT vai se consolidar como grande partido. Creio que nós temos condição de ocupar um papel num grande partido.

Porém, não existe meio termo: ou nós vamos desempenhar um grande papel como um grande partido de representação da social-democracia, ou nós vamos implodir, mais cedo ou mais tarde. Ocorrerá conosco o que ocorreu com a ARENA, que implodiu, e cada um seguiu o seu rumo. Perdoe-me a sinceridade, mas isso ocorreu com pessoas por quem nós temos o maior carinho e o maior respeito, que abandonaram o seu partido e que hoje estão por aí afora, nas legendas as mais variadas, pessoas com quem nós temos identidade total, quer ideológica, quer política.

O Sr. José Fogaça — Permite-me V. Exª um aparte?

OSR. PEDRO SIMON — Concedo-o com o maior prazer, nobre Senador e Presidente do PMDB, Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — Nobre Senador Pedro Simon, V. Exª está fazendo uma rememoração prodigiosa da História do Brasil, da história recente e da vida do nosso partido. Tenho a impressão de que a presença de senadores, de parlamentares de outros partidos, ouvindo com tanta atenção V. Exª, mostra que não se trata apenas de um discurso do PMDB; é um discurso sobre o País, sobre o nosso povo, a nossa maneira de ser. E o PMDB é um pouco o Brasil nas suas contradições, nos seus problemas, nas suas realidades, nas suas grandezas também. V. Exª esqueceu-se de narrar aquela madrugada, em sua casa, em que eu aceitei concorrer a um cargo parlamentar. Lembro-me que, quando terminou o debate, V. Exª pegou o carro e foi para o interior, e eu saí em direção às minhas aulas na faculdade, porque já eram 7 horas da manhã. De fato, naquele momento, fazia severas restrições à atividade parlamentar. Havia votado em branco, porque achava que aquela era a forma de protestar contra a ditadura. Hoje reconheço que aquela atitude era infantil, politicamente adolescente... mas havia, naquela época, uma corrente política no Rio Grande do Sul, radicalizada, que entendia como eu. V. Exª defendia uma outra postura: a da responsabilidade política. Todos aprendemos com a sua postura, com a sua liderança, com a seriedade com que assumia aquele momento político, que não se poderia combater um regime autoritário, uma situação como aquela com gestos inconsequentes. Eram gestos de responsabilidade que fariam o País avançar para

a democracia. E, naquela madrugada, depois de uma longa discussão em que V. Exª, para tentar me demover, dizia que eu não queria ser Deputado porque não tinha a coragem de enfrentar o regime ditatorial, quando, na verdade, eu já era um cassado no meu emprego, nas minhas atividades, como jornalista, como radialista, não tinha mais emprego em lugar nenhum, vivia quase que clandestinamente, eu argumentava, em contrário, que coragem era não ser Deputado, porque não tinha imunidade. Mas, de qualquer forma, quando eu usava um outro argumento, V. Exª ia a uma outra "gaveta" e buscava outro argumento para me mostrar que eu devia ser parlamentar, e eu aceitei, às 7 horas da manhã. Há quem diga que este período em que estou vivendo a Presidência do PMDB é o período mais crítico dos últimos anos. Tantos foram os problemas, os fatos que aconteceram, e há quem pergunte como o PMDB está conseguindo sair unido deste processo. Quero dizer a V. Exª que tenho certeza de que no dia 12 de setembro verei o coroamento desse período de transição. Tenho dito, a quem me escuta, que talvez a minha maior obra do período de transição é terem surgido duas candidaturas à Presidência do PMDB: a sua, Senador Pedro Simon, e a do Deputado Luiz Henrique. Esta é a maior obra, o legado que posso deixar ao partido: a certeza de que um dos dois, tanto V. Exª quanto o Deputado Luiz Henrique representam uma linha de aglutinação, de unidade política. Há quem queira interpretar que o Deputado Luiz Henrique seja candidato deste ou daquele lado, que o Senador Pedro Simon seja contra isso ou contra aquilo. Não há equívoco maior, não há interpretação mais deformada, mais primária e mais errada do que essa. V. Exª, na Presidência do PMDB, vai unir, agrupar, aglutinar as forças, sejam quais forem, porque essa é a sua história e a sua vida. E pensar que V. Exª é uma facção contra a outra, ou tentar interpretar dessa maneira, parece-me um equívoco profundo. Isso também vale para o Deputado Luiz Henrique. E há ainda aqueles que tentam ver duas correntes diferentes. Ora, V. Exª e o Deputado Luiz Henrique são "ulyssistas". Têm a mesma formação ideológica, a mesma linha política de atuação em nosso partido e neste Congresso, há muitos anos. Considero que esta é uma obra generosa da minha administração no PMDB: fazer com que o balizamento da conduta que dei ao partido acabou por produzir duas candidaturas dessa linha. Há quem diga, Senador Pedro Simon, que é possível que V. Exªs, disputando, levem a um *tertius*. E me perguntam: V. Exª, Senador José Fogaça, não seria esse *tertius*? Quero dizer, para aqueles que fazem esse tipo de avaliação — e aproveito a presença do Deputado Luiz Henrique, a quem eu já disse isso —, que não vou usar a presidência do nosso partido para fazer a campanha em favor de quem quer que seja. Não vou usar a presidência do nosso partido para favorecer o Rio Grande do Sul ou o candidato com o qual eu mais me identifico, com o qual tenho mais vínculos afetivos, regionais e históricos. Vou dar a V. Exª, Senador Pedro Simon, o meu voto para presidente do nosso partido. Isso, quero crer, elimina qualquer possibilidade de se pensar em um *tertius*, porque não pode haver um *tertius* que tem voto, e tenho voto. Quero dizer-lhe que a escola política que V. Exª implantou no Rio Grande do Sul produziu figuras brilhantes na vida política deste País; algumas que, como eu, tiveram momentos propícios e de sorte, como este, que me permitiram ocupar a Presidência Nacional do PMDB. Posso dizer, com a tranquilidade de quem por tantos anos conviveu com V. Exª, que não permitirá que o partido se desagregue. Há aqueles que ocupam cargos impor-

tantes e de grande dimensão política e só o que sabem é dividir, é pulverizar forças políticas. A tradição, a vida, a atividade de V. Ex^a tem uma marca, a marca da aglutinação, da unidade, e é disso que precisa o PMDB, como é também esse o feito pessoal do Deputado Luiz Henrique. Saio, portanto, da Presidência do PMDB, dia 12 de setembro, com essa sensação de dever cumprido. Se me perguntarem qual a maior obra de minha administração, posso dizer hoje e daqui a muitos anos, com tranquilidade: foi ter permitido, ter produzido, ter balizado que surgissem duas candidaturas como estas: a de V. Ex^a, Senador Pedro Simon e a de Luiz Henrique; porque poderia ter sido diferente. Poderia haver candidaturas que tivessem o objetivo de exercer controles grupais, setoriais, sectários, divisionistas dentro do nosso partido, e nenhuma dessas duas candidaturas têm essa caracterização. Como coordenador desse processo político — e é uma tradição ética do Rio Grande do Sul que quem coordena não coordena para si —, fico extremamente feliz por ver que V. Ex^a apresenta a sua candidatura em nome da sua história, da biografia do Rio Grande do Sul, e espero que no dia 12 de setembro nós tenhamos uma grande festa partidária para eleger o novo presidente do partido, que vai conduzir os destinos do PMDB e, possivelmente, exercer um papel importantíssimo nos destinos! Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço o aparte do ilustre Presidente do meu Partido. Quanto à colocação que S. Ex^a fez com relação ao meu nome, preciso fazer alguns esclarecimentos. Há uma diferença entre a colocação da minha candidatura e a de meu amigo Luís Henrique. Este me procurou, como procurou a imprensa, e apresentou a sua candidatura, o que considero legítimo e normal. S. Ex^a representa um grupo de Parlamentares, o que é absolutamente normal.

Repito: se considerarem que a solução é Luís Henrique, eu direi que é normal. Pode ser que os argumentos que apresento não sejam lógicos. É claro que não seremos ingênuos a ponto de não levar em consideração o fato de que, em determinado momento, as circunstâncias têm vários fatores que conduzem a um determinado resultado. O argumento de que Luís Henrique será candidato a Governador, ou a Senador, ou a Deputado, não tem importância. É mais importante o argumento de que ele deve ser Presidente porque o Pedro Simon, que não se candidatará a nada, poderá atrapalhar. Pode ser esse um argumento forte.

Digo o que tenho sempre dito, no momento em que V. Ex^a afirma que o importante é não haver divisão: não haverá divisão! A razão é muito simples: eu não lancei a minha candidatura. Não falei com ninguém. Às pessoas que me procuraram eu disse que o meu nome está à disposição. Não estou pleiteando a minha candidatura. Não sou tão bobo assim. Será que, de repente, vou permitir que algumas pessoas digam: "Será que Pedro Simon emburreceu? Parecia que possuía algumas qualidades... Esse boboca é candidato a Presidente e não sai de casa..."

Eu não sou bobo! O que me faz vir a esta tribuna, talvez mais do que tudo, seja isto: dizer que — perdoem-me a sinceridade, com todo o carinho que tenho por V. Ex^a — sou obrigado a não concordar com seu pronunciamento sob esse ângulo. Não é verdade o que V. Ex^a disse, embora o tenha feito com sinceridade. Não é verdade que eu e o Luís Henrique estejamos disputando a candidatura. Não coloquei, em nenhum momento, a minha candidatura dessa maneira. Posso ter alguma mágoa quando me fizeram colocar a situação de

um jeito e me responderam com outro nome, em vez de dizer: vamos conversar.

Saio com a mesma tranquilidade com que teria entrado. É isso que estou dizendo. Parece que não estão entendendo. Se disserem que o Pedro Simon não serve por causa disso ou por causa daquilo, pode ser que não sirva; aceito com muita humildade. Pode ser até que sinta que os destinos, as formas, o grupo que está liderando acha que não seja o esperado o caminho que eu estou apresentando; pode ser que achem que o caminho é um outro, com o qual eles acham que não tenho identificação. Tenho de respeitar essa decisão.

Com relação ao terceiro nome, não seria nem um terceiro nome, seria o nome de V. Ex^a. Tenho dito a todas as pessoas. Com relação a isso não há problema. Não existe Luís Henrique ou Pedro Simon. Existe Luís Henrique, que é um nome de respeito. Se acham que deve ser Simon, ou se não acham que deve ser o Simon, não há problema nenhum. Se acham que deve ser o Fogaça, este é um grande nome. Por que não? Quando conversamos, sempre disse que V. Ex^a é o grande nome e que está fazendo um belíssimo trabalho. É verdade, V. Ex^a está fazendo um magnífico trabalho: um trabalho de competência, um trabalho de seriedade, um trabalho de dignidade, que são as características que compõem a personalidade de V. Ex^a. V. Ex^a tem tudo para continuar sendo um grande nome, assim como o Deputado Luís Henrique tem tudo para continuar sendo um grande nome. Provavelmente, parei no tempo. Talvez isso que estou dizendo seja um monte de irrerealidades. Talvez tenha que me recolher às minhas circunstâncias. V. Ex^a sabe que muitos do meu Partido, no Rio Grande do Sul, me criticam. O Pedro Simon foi o único Governador que não botou a fotografia oficial de Governador. Coloquei, no lugar, o mapa do Rio Grande do Sul, pois levo o Rio Grande do Sul no peito. Muita gente não gostou.

Há uma corrente que diz que perdemos a eleição — e o José Fogaça era um grande candidato —, fui o responsável, porque não inauguramos obra nenhuma. O atual Governo está inaugurando obras que fizemos e não inauguramos; passou uma tinta em cima e as está inaugurando. Não participei de nenhuma inauguração e de nenhuma licitação. É ético demais, talvez essas coisas estejam superadas. Pode ser que sim, e aí reconheço, com muita humildade, que não tenho condições de mudar.

Sou uma pessoa que estou num partido por uma idéia. Comecei ainda guri, tive muito mais felicidade do que muita gente, porque fui discípulo de Alberto Pasqualini. Eu era estudante da faculdade e ele nos dava aulas, três vezes por semana, sobre problemas sociais. Acostumei-me com aquilo. Tenho uma idéia, tenho um pensamento, uma filosofia.

Modéstia à parte, se buscarem, tenho uma identidade de unidade na minha filosofia. Nunca mudei. Quando era jovem, na universidade, fui Presidente do Centro Acadêmico, Presidente da Junta da UNE, tive uma vida acadêmica intensa! Naquela época, eu estava no meio termo: não era comunista e não era do clube dos chamados pelegos do lado de lá. Eu tinha uma idéia que os comunistas consideravam retrógrada.

A social democracia do Alberto Pasqualini era algo meio ridículo, que não existia. Mas mantive-me na mesma posição. Houve um momento em que foi o inverso: ser Alberto Pasqualini era ser comunista. Quando ele foi candidato a Governador, nós éramos apontados como comunistas e perdemos porque éramos comunistas.

Quando vieram essas reformas sociais e, depois, as reformas de base, de repente o mundo estava caminhando para

a esquerda e o Alberto Pasqualini era considerado um retrógrado, um homem superado. Mas eu continuei Pasqualini.

E hoje, perdoem-me a sinceridade, o Congresso aprovou, o Senado aprovou, e vamos publicar o trabalho que estou fazendo: "A Obra de Pasqualini". Parece-me que essa obra é hoje mais atual do que nunca; é mais atual do que nunca aquilo que ele dizia e que foi considerado comunista e depois retrógrado. Digo aos homens do PMDB que estão querendo organizar o programa do partido que devem ler essa obra, porque de certa forma voltaram para a linha do que ele defendia.

Sou um homem preocupado com o social. Posso não ter feito muitas coisas, mas fiz algumas. Passei rapidamente por um ministério, criei um plano de alimentação popular. Hoje se fala tanto em estoque alimentador e fomos nós, na COBAL, que produzimos um programa de alimentação popular fazendo uma distribuição. Fizemos algumas análises que o Governo Itamar está executando. Porque o Ministério da Agricultura, praticamente a vida inteira, só cuidava dos produtos destinados à exportação. O Instituto do Café, para exportação; o Instituto do Cacau para exportação; o Instituto do Açúcar e do Alcool, para exportação; enquanto arroz, feijão, milho, mandioca, enfim, os produtos destinados à população praticamente viviam à margem da preocupação de produzir. Criei um sistema de prioridades que hoje, justiça seja feita, o Presidente Itamar está executando com profundidade.

Lembro-me, como se fosse hoje, de quando cheguei ao ministério e comecei a fazer as nomeações. Recebi um ofício de um Coronel, que era encarregado do DCI, onde dizia que todas as nomeações que eu tinha feito não tinham valor porque não haviam passado por ele. De acordo com um determinado dispositivo tinha que passar obrigatoriamente por ele para que dissesse o *nihil obstat*.

Sai dali e fui conversar com o General Ivan; havia um grupo que queria que eu revogasse a portaria, pois era um escândalo; ouvi as mais variadas sugestões. O que fiz? Extinuí, mas botei alguém que está aí até hoje — o Coronel Brochado.

Disse ele que ficaria ali, mas eu não queria saber se a pessoa era comunista ou não, se era subversivo ou não; mas em caso de uma pessoa promovendo um movimento para nos tirar daqui, seria para me avisar, pois levamos a vida inteira para chegar àquele ponto e pretendíamos ficar nele. Fora isto, não tenho nada que ver com as idéias. Também disse que queria fazer um levantamento das coisas que aconteciam no Ministério da Agricultura, e ele fez.

O que se evitou de fazer coisa errada, o que provamos de corrupção, os dossiês que aprontamos e entregamos na Procuradoria, é impressionante!

A preocupação com o social deve ser a grande característica do nosso partido. Entendo que numa hora como esta, devemos ter a coragem de dizer que somos fiscais do desenvolvimento, sim; mas um desenvolvimento preocupado com o social. É a grande diferença entre nós e o conjunto daqueles que imaginam que só crescer resolve o nosso problema. Crescer é importante, mas há números que são injustificáveis.

Não é para ter o país com trinta e três milhões de brasileiros que passam fome! Vamos analisar com muita sinceridade: a nossa classe média alta... nós, de certa forma, exigimos certas regalias e certas vantagens que não existem, por exemplo, na classe média nem dos Estados Unidos, muito menos da Europa. Nós nos acostumamos a ter um nível, um estágio

de representação, de tal ordem imenso, que nos afasta daqueles que estão embaixo.

Quando Governador do Rio Grande do Sul, consegui na Assembléia Legislativa a aprovação de um projeto, pelo qual nenhum funcionário podia ganhar mais do que 15 vezes o menor salário do funcionalismo. A Assembléia aumentou para 20 salários, mas conseguimos um belo resultado: ninguém podia ganhar mais do que 20 salários.

Apresentei um projeto, aqui no Senado, que deverá ser votado no Congresso. Os Parlamentares se perguntam: "Como é que um cidadão vai viver com 20 salários?" Eu acho que é sério. Mas como é que um cidadão vive com um salário mínimo? Acho que essas análises, essas interpretações, temos obrigação de fazer.

Estamos ainda nesse grande debate da Agenda Brasil, que está caindo no ridículo, porque falar em entendimento, nesse País... Eu mesmo tenho recebido várias charges e vários comentários, porque falar em entendimento, Moncloa... essa coisa toda caiu no vazio! A mim me parece que não. Parece-me que se há algo que é positivo, que deve ser levado adiante é a busca do entendimento amplo em torno do Brasil de hoje. Entretanto, não se deve misturar o entendimento nacional com a campanha eleitoral.

Se eu me eleger Presidente do Partido, o PMDB, esta seria a minha primeira missão: sentar à mesa com os presidentes dos partidos, para estabelecermos um grande entendimento.

Aqui, vai haver luta, vai haver guerra, em torno das idéias das nossas candidaturas, dos nossos candidatos. Mas temos que pensar no Brasil, numa Agenda Brasil, num grande Programa de Pátria-Brasil, no sentido de que possamos fazer com que este ano e o próximo cheguem ao seu final. Eu faria isso, com toda a sinceridade. Creio que haveria condições de se estabelecer até um grande Conselho de Presidentes de Partidos, com o objetivo de delimitar a divisa entre as idéias do Brasil e as idéias do nosso partido, porque há momentos em que o Brasil é mais importante do que eu, do que tudo o mais!

Penso, sinceramente, que nesta hora estamos perdendo a capacidade de nos indignarmos. As coisas não mais nos indignam, nem mais ao povo. A matança dos índios ianomâmis, o assassinato dos menores de rua da Candelária, no Rio de Janeiro, e até a chacina na favela do Vigário Geral, tudo isso, para 33 milhões que passam fome, é mostrado pela televisão, pela imprensa e, nós, que nos deixamos levar no embalo das novelas, permanecemos alheios a essas questões...

Então a gente senta, a gente lamenta. Mas, o que podemos fazer? Eu, Senador, o que posso fazer? E o Deputado, o que pode fazer? E o empresário, o que pode fazer? E o advogado, o que pode fazer? E o jornalista, o que pode fazer? E o operário, o que pode fazer?

Na verdade, entendo que se todos nós não tivermos responsabilidade, será difícil avançarmos. Geralmente pensamos pouco e agimos menos ainda. Deveríamos, sim, pensar como se fôssemos durar a vida inteira, entretanto deveríamos agir como se fôssemos morrer amanhã. Estudar e pensar sim; vamos aprofundar o conhecimento como se pudéssemos durar a vida inteira, mas agir como se o nosso tempo fosse limitado e que alguma coisa tem que ser feita imediatamente. E não esperar, esperar e esperar interminavelmente...

Concluo, Sr. Presidente, dizendo, com muita singeleza, que aqui vim apresentar uma idéia. E se o meu amigo José Fogaça, presidente do nosso partido, e as lideranças partidárias

rias se reunirem e concluírem que o Sr. Luiz Henrique ou o próprio Senador José Fogaça deva ser o Presidente do PMDB, não haverá nenhum problema.

O meu nome foi colocado porque achava que tinha condições de exercer o cargo; pela experiência, pela boa vontade e tempo. Outra solução? Outra solução: acho que correr ansiosamente, no meu caso, não tem lógica. Eu paguei um preço muito caro na vida pública. Eu não só não progredi materialmente, como regredi. Eu, inclusive, paguei um preço caro na minha vida particular. Foram muitas as mágoas, as tristezas que sofri e que tive que enfrentar. É por isso que sou um pouco fatalista.

V. Ex^{as} podem até estranhar o que vou dizer, mas fiz este pronunciamento e coloquei a minha posição por uma questão de consciência, porque foram tantas as pessoas que me procuraram que achei que devia fazer isso. Mas se acharem que a escolha não deve recair sobre o meu nome, volto à minha tranquilidade, ao convívio com os meus filhos sobre os quais tenho grande responsabilidade. Estou terminando o mandato de Senador, acho que fiz a minha parte, e retorno à minha antiga vida sem nenhuma mágoa, sem qualquer ressentimento.

Mas torno a afirmar que faço este pronunciamento, porque a imprensa colocou a minha candidatura de uma maneira que me deixava muito mal: está disputando, não está disputando... então é burro porque está fazendo um negócio... Não, quero deixar clareza no que eu estou colocando agora: não tenho nenhuma preocupação, nenhuma preocupação.

Tenho em minha casa um quadro muito bonito de um pintor célebre do Rio Grande do Sul, que foi à minha casa e me pintou. Entregou-me o quadro 15 dias após eu ter deixado o Governo daquele Estado. Naquela pintura, ele reproduz a expressão com que renunciei ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Lá estão o mar, a areia e uma pedra no canto. Algumas palavras escritas na areia, meio se apagando e as outras palavras escritas na pedra. É que elas reproduziram exatamente a minha despedida do Governo. Eu disse o seguinte, como o faço agora também: "Eu saio. Lutei, esforcei-me, tive bons e maus momentos; acertei, errei, mas eu saio tranquilo, sem nenhuma mágoa, sem qualquer ressentimento."

Peço desculpas se magoei alguém. Sinto-me como aquele homem que assistiu a duas pessoas brigarem à beira da praia. No meio da confusão, se não aparecesse alguém, um teria matado o outro. Terminado o incidente, a quase vítima escreveu na areia: "Aqui, Said quis matar Ali." Mais adiante, ele viu que Ali estava quase morrendo afogado e uma pessoa se jogou no mar e o salvou. Então, ele escreveu na rocha: "Aqui, Amin salvou Ali." Perguntado pelos Anjos do Bem e do Mal, que tinham presenciado as duas cenas, por que uma hora ele escreveu na pedra e em outra ele escreveu na areia, ele respondeu:

"— O que me fazem de mal, eu escrevo na areia, porque vem o vento e leva e eu esqueço e não quero lembrar. O que me fazem de bem, eu escrevo na pedra, porque faço questão de que não se apague."

Encerro dizendo que, neste momento, não levo mágoa, nem ressentimento. Se tive alguma mágoa, nem me lembro mais.

Agradeço a compreensão e o respeito que obtive nesta Casa e neste plenário.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Senador Pedro Simon, mesmo advertido pela Presidência, gostaria de dizer aqui uma palavra de admiração a V. Ex^a, porque fui um daqueles que, à distância, sempre acompanhei a sua trajetória e, hoje, tenho o orgulho de ser seu colaborador, mesmo que o faça de maneira modesta, participando da Bancada do PMDB. V. Ex^a realmente coloca as coisas em seus devidos lugares. Mesmo com todo o respeito que tenho pelo Deputado Luiz Henrique, creio que, diante do PMDB, V. Ex^a se reencontraria com suas próprias origens. Quero dizer-lhe da minha admiração pela sua coerência, pela sua seriedade, pelo seu exemplo na vida pública do nosso País.

O SR. PEDRO SIMON — Obrigado pelo seu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Srs. Senadores, a Presidência esclarece que a Câmara suspendeu a sua sessão, porque faleceu o nobre Deputado Bocayuva Cunha. Por isso a Mesa pretende prestar uma homenagem a S. Ex^a.

O Sr. Aureo Mello — Gostaria apenas de destacar a beleza do fecho do discurso de V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Foi realmente muito bonito e V. Ex^a o fez sem prepará-lo, ao sabor da palavra.

O SR. PEDRO SIMON — Muito obrigado, nobre Senador Aureo Mello, pelo seu aparte.

Lamento também a perda do grande, ilustre e querido Deputado Bocayuva Cunha.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Epitácio Cafeteira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Magno Bacelar, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Epitácio Cafeteira.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Almir Lando _ Antonio Mariz _ Aureo Mello _ Bello Parga _ Carlos Antonio DeCarli _ Carlos Patrocínio _ César Dias _ Garibaldi Alves Filho _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Iram Saraiva _ João Calmon _ João França _ João Rocha _ Jonas Pinheiro _ José Fogaça _ José Paulo Bisol _ Marco Maciel _ Meira Filho _ Ney Maranhão _ Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 870, DE 1993

Pelo falecimento do Deputado Bocayuva Cunha requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio de Janeiro.
- c) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 1993. — Marco Maciel — Ronaldo Aragão — José Fogaça — João Calmon — Magno Bacelar — Ney Maranhão — Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Epitacio Cafeteira) — Em votação o requerimento.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Epitacio Cafeteira) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo, em rápidas palavras, expressando não apenas o meu sentimento pessoal, mas também o sentimento do meu Partido, o PFL, manifestar à família do nobre Deputado Bocayuva Cunha, à Câmara dos Deputados e ao Governo do Rio de Janeiro a nossa expressão de pesar pelo falecimento do ilustre homem público que foi o Deputado Bocayuva Cunha.

Conheci-o na Câmara, tive oportunidade de conviver com S. Exª em algumas legislaturas e posso dizer que era um político na ampla acepção do termo; aliás, se pudesse sintetizar o conceito que dele tinha, eu poderia dizer que era um político que fazia realmente vida pública e, em sucessivas funções que teve oportunidade de ocupar, sempre demonstrou uma fidelidade programática e, sobretudo, uma grande lealdade nos gestos.

Por isso não posso deixar de, em breve manifestação, expressar, em nome do meu partido, os nossos sentimentos e dizer que, com o seu desaparecimento, o Deputado Bocayuva Cunha deixa um exemplo a enriquecer a história do nosso Parlamento.

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Epitacio Cafeteira) — Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em nome da Liderança do PRN e em meu nome pessoal, quero dizer a esta Casa que fui colega do Deputado Bocayuva Cunha no valoroso PTB de Vargas, no Rio de Janeiro.

A luta que o Deputado Bocayuva Cunha abraçou, representando o Estado do Rio de Janeiro durante todos esses anos, é um exemplo de perseverança que S. Exª deixa à classe política brasileira. O Deputado Bocayuva Cunha sempre teve posições destacadas em defesa dos altos interesses deste País.

S. Exª ocupou a Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, o grande Partido de Getúlio Vargas — de significativa ressonância nas classes trabalhadoras —, num dos momentos mais difíceis da vida nacional.

Hoje, o Brasil perde esse Deputado, que sempre honrou a sua classe, o seu partido. Nós nos orgulhamos de ter sido seu amigo e seguidor.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Epitacio Cafeteira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar, primeiro subscritor, para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pouco há a dizer num momento de grande luto e pesar para o nosso partido.

O que se poderia dizer de Bocayuva Cunha, um dos homens que se identificaram e dedicaram à organização do

trabalhismo no Brasil, não seria para este momento. Acreditamos que as duas Casas haverão de promover, de acordo com o requerimento, uma sessão solene em sua homenagem, quando nos determos na análise da vida daquele homem, que não só enluta o meu partido, como uma de suas maiores lideranças; enluta o Brasil e a todos nós.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Epitacio Cafeteira) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Mesa se associa ao requerimento aprovado e levanta a sessão, nos termos regimentais.

Na Presidência dos trabalhos desta Casa, neste momento, e não podendo, portanto, em nome do meu partido, no plenário, apresentar os meus sentimentos de pesar, quero fazê-lo ao encerrar esta sessão em nome também do Partido Progressista Reformador.

O SR. PRESIDENTE (Epitacio Cafeteira) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, às 14h30 min, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 1993 (nº 3.719/93, na Casa de origem), que altera o inciso IV do art. 13 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Dependendo de parecer.)

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 1993 (nº 3.713/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a **Secretaria Nacional de Entorpecentes e dá outras providências**, tendo

Parecer, sob nº 285, de 1993, da Comissão — de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao Projeto com as emendas que apresenta, de nºs 1 a 5.

— 3 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 1992, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar irregularidades na administração do FGTS do Trabalhador, que **dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências**. (Dependendo de parecer)

— 4 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 1993, de iniciativa da Comissão Diretora, que **estabelece**

a estrutura do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 30 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

21ª Reunião, Realizada em 24 de agosto de 1993

Às onze horas do dia vinte e quatro de agosto de mil novecentos e noventa e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador João Rocha, com a presença dos Senhores Senadores Elcio Alvares, Marluce Pinto, César Dias, Mansueto de Lavor, Valmir Campelo, Saldanha Derzi, Esperidião Amin, Albano Franco, João Calmon, Henrique Almeida, Jonas Pinheiro, Beni Veras, Dario Pereira, Bello Parga, Garibaldi Alves Filho, Cid Sabóia de Carvalho, Eduardo Suplicy, Magno Bacelar, Almir Gabriel e Ronaldo Aragão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ronan Tito, Ruy Bacelar, Aluizio Bezerra, Gilberto Miranda, Onofre Quinan, Carlos Patrocínio, Raimundo Lira, José Richa, Mário Covas, Affonso Camargo, Ney Maranhão, Moisés Abrão e Meira Filho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada, e a seguir concede a palavra ao Senador Mansueto de Lavor, que a solicitara pela ordem. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Bello Parga, que passa a ler o seu relatório sobre “emissões, garantias de empréstimos e rolagem da dívida dos estados e municípios”. Após colocar algumas questões relativas à matéria, Sua Excelência franqueia a palavra aos Senhores Senadores que queiram debater a matéria. Participam os Senhores Cid Sabóia de Carvalho, Mansueto de Lavor, Elcio Alvares, Esperidião Amin, Magno Bacelar, João Rocha e Bello Parga. A seguir, o Senhor Presidente confere a palavra ao Senador Esperidião Amin, relator do item 2 da pauta, MSF nº 157/93, “Do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal a “Agreed Minute” relativa à dívida da Zâmbia, no âmbito do Clube de Paris, assim como pedido de autorização para a União firmar contrato bilateral de reescalamento com o Governo zambiano ou com suas agências governamentais”, para que leia o seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta. Não havendo discussão, a matéria é submetida à votação e é aprovada. Com a palavra, em seguida, o Senador Beni Veras, relator do item 3 da pauta, PLC nº 2/92, que “dispõe sobre o contrato de franquia empresarial franchising e dá outras providências”, de autoria do Deputado Magalhães

Teixeira, para que profira o seu parecer, favorável com as emendas de 1 a 7 que apresenta. Não havendo quem queira discutir, a matéria é colocada em votação e é aprovada. Passa-se, a seguir, à apreciação do item 7 da pauta, PLS nº 5/93, de autoria do Senador Dario Pereira, que “dispõe sobre a doação, a estabelecimentos Públicos de Ensino, de mercadorias apreendidas por contrabando ou descaminho”, cujo relator, Senador Esperidião Amin, oferece parecer favorável com as emendas que apresenta. Em discussão a matéria, participam os Senadores Elcio Alvares e Esperidião Amin. Submetida a votação nominal, a matéria é aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Elcio Alvares, relator do item 1 da pauta Extra: Emenda nº 1 de Plenário oferecida ao PLC nº 7/91, “que estabelece normas para as microempresas-ME, e empresas de pequeno porte-EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativo, trabalhista, crédito e do desenvolvimento empresarial (art. 179 da Constituição Federal”, de autoria do Deputado Marcos Formiga; PLS nº 43/92, que “estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, relativas ao tratamento jurídico diferenciado com vistas a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias”, de autoria da Senadora Marluce Pinto; e PLC 69/93, que “altera o Estatuto da Microempresa”, de autoria do Deputado Victor Faccioni; matérias estas que tramitam em conjunto. O relator apresenta parecer favorável à Emenda nº 1 (substitutivo) de Plenário oferecida ao PLC nº 7/91 e pela prejudicialidade do PLS nº 43/92 e do PLC nº 69/93, nos termos do Substitutivo que apresenta. O Senador Elcio Alvares sugere que a votação da matéria seja postergada para uma próxima reunião, a fim de que os Senhores Senadores possam inteirar-se mais detalhadamente sobre o seu teor e apresentar sugestões ao relatório que apresenta. A Presidência acata a sugestão do relator, franqueando a palavra aos Senhores Senadores que queiram discutir a matéria. Participam os Senadores Marluce Pinto, João Rocha, Albano Franco, Cid Sabóia de Carvalho, Mansueto de Lavor, Dario Pereira, Magno Bacelar, Bello Parga e Elcio Alvares. Não havendo mais quem queira usar da palavra, o Senhor Presidente comunica que a matéria continuará em pauta para as próximas reuniões e, tendo em vista o avançado da hora, informa que ficarão adiadas, para uma próxima reunião, as seguintes matérias: Emendas 1 e 2 de autoria do Senador José Paulo Bisol, oferecidas ao Substitutivo da CCJ sobre o PLS nº 256/89; PLS nº 149/91; PLS nº 169/91; PLS nº 1/93; PLS nº 141/92; PLS nº 409/91; PLS nº 227/91; PLS nº 124/91 e PLS nº 12/93. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador João Rocha, Presidente.

MESA	LIDERANÇA DO GOVERNO	LIDERANÇA DO PTB
Presidente	Líder Pedro Simon	Líder Lourenberg Nunes Rocha
Humberto Lucena – PMDB – PB	LIDERANÇA DO PMDB	Vice-Líderes
1º Vice-Presidente	Líder	Valmir Campelo
Chagas Rodrigues – PSDB – PI	Vice-Líderes	Jonas Pinheiro
2º Vice-Presidente	Cid Sabóia de Carvalho	LIDERANÇA DO PDT
Levy Dias – PTB – MS	Garibaldi Alves Filho	Líder
1º Secretário	José Fogaça	Vice-Líder
Júlio Campos – PFL – MT	Ronaldo Aragão	Magno Bacelar
2º Secretário	Mansueto de Lavor	LIDERANÇA DO PRN
Nabor Júnior – PMDB – AC	LIDERANÇA DO PSDB	Líder
3º Secretário	Líder	Ney Maranhão
Júnia Marise – PRN – MG	Mário Covas	Vice-Líder
4º Secretário	Vice-Líder	Áureo Mello
Nelson Wedekin – PDT – SC	Jutahy Magalhães	LIDERANÇA DO PDS
Suplentes de Secretário	LIDERANÇA DO PFL	Líder
Lavoisier Maia – PDT – RN	Líder	Esperidião Amin
Lucídio Portella – PDS – PI	Marco Maciel	LIDERANÇA DO PDC
Beni Veras – PSDB – CE	Vice-Líderes	Líder
Carlos Patrocínio – PFL – TO	Elcio Álvares	Epitácio Cafeteira
	Odacir Soares	LIDERANÇA DO PT
	LIDERANÇA DO PSB	Líder
	Líder	Eduardo Suplicy
	José Paulo Bisol	

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA - CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Wilson Martins
Antonio Mariz		Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho		César Dias
José Fogaça		Garibaldi Alves Filho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nelson Carneiro		Nabor Júnior
Pedro Simon		Ronaldo Aragão
Alfredo Campos		João Calmon
	PFL	
Josaphat Marinho		Henrique Almeida
Francisco Rollemberg		Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio		Júlio Campos
Odacir Soares		Lourival Baptista
Elcio Álvares		Meira Filho
	PSDB	
Eva Blay		Chagas Rodrigues
Jutahy Magalhães		Teotônio Vilela Filho
Beni Veras		Almir Gabriel
	PTB	
Luiz Alberto		Vaga cedida p/ o PST (*)
Valmir Campelo		Lourenberg Nunes Rocha
	PDT	
Magno Bacelar		Pedro Teixeira
	PRN	
Júnia Marise		Áureo Mello
	PDC	
Amazonino Mendes		Moisés Abrão
	PDS	
Esperidião Amin		Jarbas Passarinho
	PSB + PT	
José Paulo Bisol		Eduardo Suplicy
	PST	
		Enéas Faria (*)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Alfredo Campos
Antonio Mariz		Flaviano Melo
César Dias		Irapuan Costa Júnior
Cid Sabóia de Carvalho		José Fogaça
Divaldo Suruagy		Mansueto de Lavor
Garibaldi Alves Filho		Nabor Júnior
Wilson Martins		Nelson Carneiro
João Calmon		Ronan Tito

Ronaldo Aragão
Onofre Quinan

Pedro Simon
Coutinho Jorge (*)

PFL

João Rocha
Guilherme Palmeira
Odacir Soares
Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

Dario Pereira
Ávaro Pacheco
Bello Parga
Meira Filho
Lourival Baptista
Elcio Álvares

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

Mário Covas
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

PTB

Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST(*)
Jonas Pinheiro

Valmir Campelo
Luiz Alberto
Levy Dias

PDT

Lavoisier Maia
Pedro Teixeira

Nelson Wedekin
Magno Bacelar

PRN

Ney Maranhão
Áureo Mello

Vago
Albano Franco

PDC

Epitácio Cafeteira

Amazonino Mendes

PDS

Lucídio Portella

João França

PSB + PT

Eduardo Suplicy

José Paulo Bisol

PST

Enéas Faria (*)

Secretário: Luiz Cláudio de Brito - Ramais 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Raimundo Lira

Vice-Presidente: Ruy Bacelar

Titulares		Suplentes
	PMDB	
(Vaga cedida para o PT)		Amir Lando
Aluizio Bezerra		Antonio Mariz
César Dias		Cid Sabóia de Carvalho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nabor Júnior		Wilson Martins
José Fogaça		João Calmon
Ronan Tito		Onofre Quinan
Ruy Bacelar		Pedro Simon
Ronaldo Aragão		Humberto Lucena
	PFL	
Guilherme Palmeira		Odacir Soares
Meira Filho		Bello Parga
Raimundo Lira		Júlio Campos
Henrique Almeida		Ávaro Pacheco
Dario Pereira		Elcio Álvares
João Rocha		Josaphat Marinho

Mário Covas	PSDB	Fernando H. Cardoso (*)
José Richa		Almir Gabriel
Beni Veras		Chagas Rodrigues
Afonso Camargo	PTB	Lourenberg Nunes Rocha
Valmir Campelo		Jonas Pinheiro
Levy Dias		Marluce Pinto
Nelson Wedekin	PDT	Darcy Ribeiro
Lavoisier Maia		Pedro Teixeira
Júnia Marise	PRN	Vago
Albano Franco		Ney Maranhão
Moisés Abrão	PDC	Gerson Camata
Esperidião Amin	PDS	Jarbas Passarinho
Eduardo Suplicy	PT	
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho		
Ramais: 3515/3516/4354/3341.		
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas		
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344		

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Irapuan Costa Júnior
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes
Aluizio Bezerra	Antonio Mariz
Irapuan Costa Júnior	Flaviano Melo
Nelson Carneiro	João Calmon
Pedro Simon	José Fogaça
Ronaldo Aragão	Nabor Júnior
Ronan Tito	Ruy Bacelar
Humberto Lucena (*)	
Marco Maciel	Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira	Josaphat Marinho
Lourival Baptista	Raimundo Lira
Álvaro Pacheco	Hydekel Freitas
José Richa	Jutahy Magalhães
Chagas Rodrigues	Eva Blay
Jonas Pinheiro	Levy Dias
Marluce Pinto	Valmir Campelo
Pedro Teixeira	Darcy Ribeiro
Albano Franco	Júnia Marise
Moisés Abrão	Epitácio Cafeteira

Jarbas Passarinho	PDS	Lucídio Portella
	PSB + PT	
Vaga cedida para o PMDB (*)		Vago
Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos		
Ramais: 3496 e 3497		
Reuniões: Quintas-feiras, Às 10 horas		
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546		

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Júlio Campos
Vice-Presidente: Mário Covas

Titulares	Suplentes
Flaviano Melo	Amir Lando
Wilson Martins	César Dias
Irapuan Costa Júnior	Juvêncio Dias
Nabor Júnior	Mansueto de Lavor
Onofre Quinan	Ronaldo Aragão
Divaldo Suruagy	Ronan Tito
Ruy Bacelar	Antonio Mariz
Garibaldi Alves Filho	Humberto Lucena
Dário Pereira	Raimundo Lira
Henrique Almeida	Elcio Álvares
Lourival Baptista	Josaphat Marinho
Júlio Campos	Odacir Soares
Hydekel Freitas	Meira Filho
Teotônio Vilela Filho	Beni Veras
Mário Covas	Jutahy Magalhães
Fernando H. Cardoso (*)	José Richa
Marluce Pinto	Levy Dias
Lourenberg N. Rocha	Vaga cedida p/ o PST (*)
Pedro Teixeira	Lavoisier Maia
Ney Maranhão	Áureo Mello
Gerson Camata	Epitácio Cafeteira
João França	Lucídio Portella
Eduardo Suplicy	José Paulo Bisol
	Enéas Faria (*)
Secretário: Celso Antony Parente - Ramais 3515 e 3516	
Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas	
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286	
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE
(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Louremberg Nunes Rocha

Vice-Presidente: Coutinho Jorge

Titulares

Suplentes

PMDB

Alfredo Campos
Juvêncio Dias
Flaviano Melo
Garibaldi Alves Filho
João Calmon
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Humberto Lucena
Amir Lando

Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
Nelson Carneiro
Wilson Martins
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Ruy Bacelar
Vago

PFL

Josaphat Marinho
João Rocha
Meira Filho
Álvaro Pacheco
Júlio Campos
Bello Parga

Dario Pereira
Odacir Soares
Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira
Carlos Patrocínio
Henrique Almeida

PSDB

Almir Gabriel
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

Mário Covas
Beni Veras
José Richa

PTB

Louremberg Nunes Rocha
Jonas Pinheiro
Levy Dias

Luiz Alberto
Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST (*)

PDT

Darcy Ribeiro
Lavoisier Maia

Pedro Teixeira
Nelson Wedekin

PRN

Áureo Mello
Júnia Marise

Ney Maranhão
Albano Franco

PDC

Amazonino Mendes

Gerson Camata

PDS

Jarbas Passarinho

Esperidião Amin

PST

Enéas Faria(*)

Secretária: Mônica Aguiar Inocente -

Ramais 3496/3497/3321/3539

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações